

ATA N.º 104
Reunião do Grupo de Trabalho Bentónicos e Demersais
18 de março de 2026 – Híbrida
Mélia Lisboa Aeroporto
09h30 – 13h00 (hora local) | Int: PT, FR e ESP

Introdução e natureza da reunião

No dia dezoito de março de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos (hora local), teve início a reunião do grupo de trabalho sobre Pesca de Bentónicos e Demersais, em formato híbrido, a partir do Hotel Mélia Lisboa Aeroporto, com interpretação simultânea espanhol, francês e português.

1. Início da reunião e aprovação da agenda pelo Presidente do Grupo de Trabalho

O Sr. Jorge Gonçalves (*Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores e Presidente do Grupo de Trabalho*) deu início à reunião, cumprimentando todos os participantes presentes e os que se encontravam a acompanhar online, bem como os observadores. De seguida, apresentou a ordem de trabalhos proposta, questionando os participantes sobre a eventual necessidade de introdução de novos pontos. Não tendo sido registada qualquer proposta de alteração ou aditamento, informou que a ordem de trabalhos se encontrava estruturada em cinco pontos, designadamente: a atualização sobre os ecossistemas marinhos vulneráveis (VME); a apresentação do relatório EWJ 24-06 sobre as Regiões Ultraperiféricas (RUP); a apresentação do relatório económico anual sobre a frota de pesca da União Europeia (UE); a pesca sustentável na União Europeia (UE); e, por último, outros assuntos. A ordem de trabalhos foi colocada à votação, não tendo sido registados votos contra nem abstenções, pelo que foi aprovada por unanimidade.

2. Informações Administrativas

Seguiram-se algumas informações de natureza administrativa. A Secretária-Geral cumprimentou os presentes e informou que a ata da última reunião, realizada a 18 de setembro de 2025, tinha sido aprovada a 22 de janeiro de 2026. Recordou igualmente que a presente reunião dispunha de interpretação em português, espanhol e francês, e que a sessão estava a ser gravada para efeitos de elaboração da respetiva ata. No que respeita à atividade desenvolvida desde a última reunião do grupo de trabalho, informou que tinham sido aprovadas recomendações relativas à reintrodução do POSEI-Pescas para os pescadores das regiões ultraperiféricas (RUP), ao conceito de pesca artesanal nas RUP, ao impacto das alterações climáticas no setor das pescas e da aquacultura nas RUP, aos dispositivos de

exclusão de tartarugas na pesca do camarão tropical nas águas das RUP, à pesca sustentável na UE (incluindo ponto de situação e orientações para 2026), bem como ao acesso dos navios de pesca que arvoram o pavilhão da República Bolivariana da Venezuela à Zona Económica Exclusiva (ZEE) ao largo da costa do departamento francês da Guiana. Informou ainda que se encontravam inscritos como observadores, para a presente reunião, representantes de diversas entidades, designadamente da *Collectivité de Saint-Martin*, da *Coopescamadeira*, da *Direção-Geral dos Assuntos Marítimos e das Pescas (DG MARE)*, da *Federação das Pescas dos Açores*, do *ICES* e da *Marine Stewardship Council (MSC)*, bem como outros participantes, cuja presença saudou.

3. Sessão de boas-vindas pela Chefe de Divisão de Recursos Internos da Direção Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos de Portugal (DGRM) – Sra. Alda Centeio

A Sra. Alda Centeio (*Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos - DGRM*) iniciou a sua intervenção, manifestando o seu agrado por poder dar as boas-vindas a todos os participantes, em nome da DGRM, à reunião do CCRUP. Saudou os organizadores da reunião, dirigindo uma palavra de apreço à Secretária-Geral, bem como a todos os participantes, referindo que a sua presença e os temas em debate evidenciavam um compromisso firme com o desenvolvimento sustentável, a coesão e a valorização das RUP. Sublinhou a importância de continuar a defender, junto das instâncias europeias, os interesses destes territórios, atendendo às suas especificidades geográficas, económicas e sociais, as quais se encontram devidamente reconhecidas no artigo 349.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Referiu ainda que as RUP encerravam simultaneamente desafios particulares e oportunidades estratégicas para a UE, destacando, neste contexto, o papel fundamental que desempenham na projeção marítima, na preservação da biodiversidade, na investigação científica, na inovação e na afirmação geográfica europeia, tanto no Atlântico como noutras bacias oceânicas. Acrescentou que estava convicta de que a reunião constituiria um espaço privilegiado de diálogo, promovendo a partilha de boas práticas e uma reflexão conjunta que contribuiria para reforçar a articulação entre as administrações e os representantes do setor. Considerou que este processo permitiria alcançar resultados profícuos, nomeadamente na identificação de soluções concretas para responder aos desafios enfrentados, sobretudo num contexto internacional particularmente exigente. Concluiu a sua intervenção reiterando, em nome da DGRM, o compromisso de continuar a trabalhar de forma colaborativa e construtiva com as RUP, com vista à defesa do setor das pescas. Desejou a todos uma excelente reunião e agradeceu antecipadamente o contributo ativo dos participantes.

4. Atualização sobre as Espécies Marinhas Vulneráveis (VME) para os atuais encerramentos e pareceres científicos que serão divulgados em 2026 e 2027

A Sra. Caroline Alibert (*DGMARE – Unidade CI*) começou por referir que, inicialmente, a sua intervenção estava prevista incidir sobre os aspetos socioeconómicos do impacto do encerramento de áreas associadas aos VME. Contudo, explicou que o Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas (STECF), enquanto organismo consultivo responsável por este tipo de avaliações, tinha trabalhado apenas sobre os encerramentos atualmente existentes nas águas europeias, não abrangendo ainda as RUP. Nesse sentido, considerou que seria menos relevante centrar a apresentação nesses aspetos, optando antes por abordar as questões que considerou mais pertinentes para as RUP, designadamente o trabalho científico já realizado e aquele que se encontra previsto para o futuro no domínio dos ecossistemas marinhos vulneráveis. Informou que preparara uma apresentação sucinta, com o objetivo de permitir aos participantes tomar conhecimento das datas previstas pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar (ICES), entidade responsável pela maior parte do trabalho científico nesta matéria. Assinalou igualmente a presença do Sr. Rui Catarino (ICES) na reunião, referindo que o mesmo poderia complementar a sua apresentação, caso necessário. Referiu que o trabalho em curso se inseria na sequência de recomendações anteriormente formuladas sobre os VME nas RUP. Indicou que o ICES tinha publicado um relatório em 2023, no qual apresentava diversas conclusões, nomeadamente sobre os dados disponíveis, os dados a fornecer e as possíveis orientações para trabalhos futuros. Acrescentou que, desde a publicação desse relatório, a Comissão Europeia (CE) não tinha lançado qualquer pedido específico adicional ao ICES, referindo, contudo, que poderia ser oportuno discutir, no âmbito da reunião, a eventual necessidade de formular um Pedido Especial por exemplo com vista à identificação de zonas de VME nos Açores, caso tal fosse considerado relevante e se existissem dados suficientes para apoiar esse trabalho. Sublinhou que esta não seria uma decisão unilateral da CE, devendo resultar de uma reflexão conjunta com os interessados. Indicou que o principal objetivo da sua apresentação consistia em expor o processo científico previsto para o futuro, considerando que este seria de grande interesse para as RUP, tendo em conta, em particular, os tipos de artes de pesca utilizados nessas regiões, com destaque para as artes estáticas. Referiu que o ICES tinha decidido iniciar um processo de recolha de dados através de um Pedido de Recolha de Dados “*call for data*”, previsto para ser lançado no início de abril e prolongar-se até maio. Reconheceu que a recolha de dados relativos aos engenhos estáticos é particularmente complexa, pelo que subsistiam dúvidas quanto aos resultados que poderiam ser obtidos, mas salientou que este processo constitui um

primeiro passo essencial para medir o impacto desses artes nos ecossistemas marinhos. Indicou que este processo poderá também evidenciar lacunas ao nível da harmonização dos dados entre Estados-Membros, mas reiterou a importância de avançar com a recolha de informação, sublinhando que se trata de uma etapa fundamental. Referiu ainda que se encontrava em preparação um parecer científico específico relativo as artes estáticas, com o objetivo de avaliar a possibilidade de definir uma medida de intensidade comparável ao conceito de razão de área varrida “*Swept Area Ratio*”, utilizado para artes móveis, que quantificava a área impactada por este tipo de pesca. Indicou que este parecer poderia ser publicado em setembro, contribuindo para um melhor conhecimento do impacto das artes estáticas. No que respeita ao calendário futuro, mencionou que, em 2026, estava prevista a emissão de um parecer do ICES sobre as zonas onde se localizavam VME, salientando, no entanto, que, nesse momento, o trabalho ainda não abrangeria as RUP, uma vez que se encontrava ainda em desenvolvimento. Acrescentou que o trabalho continuaria posteriormente, estando prevista uma sessão de trabalho em outubro, centrada nas artes estáticas e nos índices de VME. Informou igualmente que o ICES tinha agendado um *benchmark* para outubro de 2027, no âmbito do qual seria revista a metodologia científica utilizada até à data, desde o último exercício realizado em 2022 e que este momento poderia constituir uma oportunidade para integrar a componente das artes estáticas, em função da evolução dos trabalhos entretanto realizados. Por fim, indicou que, poderia ser possível, até 2028, integrar também elementos específicos das RUP, caso os trabalhos científicos em curso permitissem esclarecer melhor essas dimensões.

A Secretária-Geral expressou à Sra. Caroline Alibert, em nome do Secretariado, um agradecimento público pelo seu empenho, destacando o papel fundamental que desempenhou no desbloqueio das apresentações que o CCRUP pretendia obter relativamente aos relatórios do STECF. Sublinhou ainda o tempo despendido pela mesma no apoio ao Secretariado nesse apoio. Prosseguiu a sua intervenção retomando a Recomendação n.º 30 do CCRUP, salientando que considerava pertinente abordar novamente esse ponto, aproveitando também a presença do Sr. Rui Catarino, de modo a permitir uma discussão conjunta. Recordou que essa recomendação previa que a CE solicitasse um serviço técnico ao ICES para estudar os VME nas zonas costeiras, bem como em profundidades inferiores a 400 metros. Indicou que, na altura, a resposta recebida apontava apenas para a análise das zonas de profundidade, em função do enquadramento do regulamento aplicável. Mais referiu que, tendo em conta que as RUP apresentavam, possivelmente, a maior percentagem de biodiversidade das águas europeias, nomeadamente no que respeitava às zonas de coral — tema já anteriormente abordado no âmbito de uma apresentação do *Initiative Française pour les Récifs Coralliens* (IFRECOR) —, considerava importante esclarecer se as zonas costeiras e as áreas acima dos 400 metros, incluindo as

barreiras de coral existentes maioritariamente nos territórios franceses, seriam ou não consideradas em futuros estudos, ou se continuariam excluídas dessa análise.

Em resposta, a Sra. Caroline Alibert indicou que a questão colocada compreendia dois elementos distintos. Por um lado, relacionado com a Recomendação n.º 30, esclareceu que existia uma distinção entre o trabalho científico mais abrangente e o enquadramento regulamentar aplicável. Esclareceu que o trabalho científico devia abranger todas as RUP, com o objetivo de permitir, no futuro, a adoção de medidas mais adequadas e fundamentadas. Indicou que esse benefício ultrapassava o âmbito estrito do Regulamento de Acesso às Águas Profundas de 2016, o qual estabelecia o encerramento de determinadas zonas para proteção dos VME. Referiu que, se a análise fosse limitada estritamente ao âmbito desse regulamento, esta incidiria essencialmente sobre os Açores, *Canarias* e Madeira, uma vez que essas regiões se encontravam diretamente abrangidas pelo referido instrumento. Acrescentou que, com base nessa delimitação, essas zonas eram aquelas onde, existindo base científica suficiente, podiam ser adotadas medidas de proteção ao abrigo do regulamento. No entanto, esclareceu que outras RUP, designadamente as francesas, não se encontravam abrangidas pelo regulamento no seu sentido estrito. Ainda assim, considerou que o trabalho científico desenvolvido pelo ICES em todas as RUP era relevante, na medida em que permitia produzir conhecimento que podia beneficiar todos os territórios e apoiar a definição de medidas locais adequadas, incluindo por parte do setor. Recordou igualmente o âmbito do Regulamento de Acesso às Águas Profundas, referindo que as artes estáticas eram proibidas de operar a dos 400 metros. Indicou que, acima dessa profundidade, era possível a sua utilização nas zonas atualmente abertas, incluindo determinados polígonos nas águas da UE. Por outro lado, abaixo dos 400 metros, nenhuma arte de pesca, estática ou móvel, era autorizado. Referiu que esta situação colocava desafios reais para as pescarias das RUP, nomeadamente nos Açores, onde a atividade de pesca de arrasto estava excluída, conduzindo a uma dependência significativa de artes estáticas em determinadas zonas. Considerou que a questão central consistia em alcançar uma melhor compreensão do impacto dessas artes estáticas sobre os ecossistemas marinhos, de modo a permitir, no futuro, uma eventual adaptação das medidas existentes, evitando a interdição generalizada da atividade piscatória em regiões onde existia elevada presença de VME. Sublinhou, assim, a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a proteção dos ecossistemas e a viabilidade das pescarias, justificando o enfoque dado pela CE e pelo ICES ao desenvolvimento de conhecimento científico nesta área.

O Sr. Rui Catarino (*International Council for the Exploration of the Sea – ICES*) salientou que o ICES tinha vindo a trabalhar havia vários anos no desenvolvimento de metodologias para a

identificação de VME e para a definição de áreas de importância ecológica. Referiu que este trabalho tinha evoluído progressivamente, incorporando críticas aos métodos existentes e integrando novos desenvolvimentos científicos, sublinhando que se tratava de um processo dinâmico e em constante atualização. Indicou que estava prevista uma reavaliação metodológica (*benchmark*) para 2027, conforme já referido anteriormente, e que já haviam sido realizadas três sessões de trabalho dedicadas a este tema, cujos resultados iriam contribuir para esse processo e que estavam planeadas mais três sessões de trabalho (*workshops*) ao longo do ano, destacando, uma que se centrava na tentativa de desenvolver uma metodologia para avaliar o impacto das artes de pesca estáticas no fundo marinho. Reconheceu que, até ao momento, não tinha sido realizado trabalho especificamente direcionado para as RUP, mas considerou que o desenvolvimento destas metodologias permitiria melhorar significativamente as abordagens futuras, beneficiando eventuais estudos a realizar nessas regiões, através da utilização de métodos mais avançados e atualizados. Referiu também que considerou particularmente interessante a apresentação realizada no dia anterior pelo Sr. Nuno Henriques, destacando que o trabalho de investigadores como ele poderia ser integrado nos processos do ICES, na medida em que procuravam envolver cientistas com diferentes perspetivas e experiências nas suas sessões de trabalho, com o objetivo de enriquecer o trabalho desenvolvido e ampliar a diversidade de abordagens metodológicas.

A Sra. Caroline Alibert referiu que a principal mensagem que pretendia transmitir era sobre importância de um trabalho conjunto entre todas as partes envolvidas. Sublinhou que existia uma boa colaboração com o Secretariado do CCRUP, agradecendo esse facto, e destacou a relevância de existir um interlocutor ativo que permita avançar de forma coordenada.

O Sr. Jorge Gonçalves, referiu que era pescador, mestre e armador e indicou que, da apresentação da Sra. Caroline Alibert, tinha ficado com a perceção de que, no âmbito dos VME, a atividade já está proibida, tanto acima como abaixo dos 400 metros, designadamente para determinadas artes como o arrasto e as redes de emalhar. Referiu que, no caso específico dos Açores, o arrasto já se encontrava proibido havia várias décadas, assim como as redes de emalhar de fundo, incluindo redes de emalhar tradicionais e de tresmalho. Explicou que, nesse contexto, a atividade piscatória na região se baseava na utilização de linhas e anzóis. Sublinhou que, perante propostas de novas proibições ou restrições, nomeadamente no âmbito dos VME — mesmo em zonas onde já existiam limitações —, o setor manifestava preocupação. Indicou que, nos Açores, tinha sido implementado um regime de áreas marinhas protegidas (AMPs), em vigor desde o dia 1 de janeiro de 2026, o qual já definia áreas de proteção total e de proteção elevada. Referiu que, perante este conjunto de medidas, o setor se encontrava preocupado, pois que uma grande parte das zonas de pesca nos Açores coincidia com áreas

classificadas como VME, à exceção de algumas zonas costeiras, embora tenha acrescentado que mesmo nessas áreas existiam locais com essas características. Deu como exemplo o Banco Condor, um monte submarino próximo da ilha do Faial, cuja proteção tinha sido, inclusive, proposta pelo próprio setor da pesca, com o objetivo de permitir o seu estudo e preservar os ecossistemas. Sublinhou que o setor da pesca nos Açores, demonstrava preocupação com a sustentabilidade e participava ativamente na criação de AMPs, reiterando que o principal objetivo do setor era a preservação dos recursos, do qual dependia a continuidade do setor e o futuro das comunidades piscatórias. Contudo, manifestou preocupação com a possibilidade de, para além das atuais AMPs, viessem a ser implementadas novas restrições no âmbito dos VME, considerando que tal poderia colocar o setor numa situação muito delicada, nos Açores. Defendeu que deveria existir uma ponderação adequada das medidas a adotar, alertando para a necessidade de encontrar mecanismos alternativos que permitissem conciliar a proteção dos ecossistemas com a viabilidade da atividade piscatória. Afirmou que, caso contrário, o setor poderia enfrentar um cenário de colapso, sublinhando a gravidade da situação.

A Sra. Caroline Alibert referiu que, do que tinha compreendido, a intervenção do Sr. Jorge Gonçalves refletia o facto de já terem sido implementadas diversas medidas de proteção dos ecossistemas, nomeadamente a interdição do arrasto, salientando que essa realidade não se verificava nas áreas metropolitanas. Indicou que essa abordagem se encontrava, aliás, alinhada com a lógica subjacente ao Regulamento de Acesso às Águas Profundas de 2016, cujo objetivo principal consistia em limitar a atividade de pesca em águas profundas, em particular através da restrição do arrasto. Explicou que o resultado desse regulamento decorrera de um longo processo de negociação a nível europeu, envolvendo o Parlamento Europeu e o Conselho, iniciado em 2012 e concluído em 2016, tendo sido marcado por intensos debates políticos e que a decisão final, estabelecera a proibição da atividade de pesca abaixo dos 400 metros para todos os tipos de artes, tanto móveis, como o arrasto, como estáticos, incluindo linhas e palangres de fundo, tinha resultado desse acordo interinstitucional entre os Estados-Membros e o Parlamento Europeu. Sublinhou que, neste contexto, a CE devia aplicar os regulamentos em vigor, mas também basear as suas decisões na melhor evidência científica disponível. Indicou que o trabalho atualmente desenvolvido com o ICES e com os diferentes intervenientes visava precisamente alcançar uma abordagem mais pragmática, assente em avaliações científicas robustas. Referiu que, até ao momento, a investigação científica tinha incidido sobretudo sobre as artes móveis, uma vez que estas apresentavam um impacto mais significativo sobre os ecossistemas marinhos. Mencionou, o trabalho desenvolvido pela Universidade dos Açores, que tinha evidenciado diferenças claras entre o impacto do arrasto e o dos palangres, sendo o primeiro

significativamente mais destrutivo. Destacou, porém, que a questão atualmente em debate se prendia com a avaliação do impacto das artes estáticas, nomeadamente na sua potencial capacidade de afetar corais e *habitats* vulneráveis. Indicou que, uma vez aprofundado o debate, caberia à CE integrar esses resultados e adaptá-los à realidade das pescas. Considerou que, no caso das RUP, estas não seriam, a curto prazo, diretamente afetadas pelas atualizações científicas previstas para o final do ano, sendo, no entanto, particularmente relevantes no contexto da recolha de dados necessários à avaliação do impacto das artes estáticas. Reiterou que existia, por parte da CE, uma clara vontade de encontrar um equilíbrio entre a proteção dos ecossistemas e a continuidade das atividades de pesca, reconhecendo que essa questão era particularmente sensível para RUP, como os Açores. Relembrou que essa preocupação estava a ser tida conta no processo em curso.

O Sr. Jorge Gonçalves sublinhou que o setor não se opunha à proteção dos ecossistemas, recordando que, na Região Autónoma dos Açores, tinha sido o próprio setor que, havia vários anos, quem tinha tomado a iniciativa de propor a criação de AMPs. Referiu, a este propósito, exemplos concretos, como o Monte da Guia, que fora uma das primeiras áreas protegidas estabelecidas. Reiterou que a preocupação com a proteção dos ecossistemas sempre estivera presente, uma vez que a sustentabilidade dos recursos é fundamental para a continuidade da atividade piscatória. No entanto, manifestou reservas quanto à forma como algumas medidas tinham sido implementadas, referindo que, no caso dos Açores, a criação de AMPs poderia ter sido realizada sem uma quantificação prévia adequada da biomassa existente nas zonas abrangidas. Considerou que essa ausência de avaliação inicial dificultava a análise posterior da eficácia das medidas adotadas, uma vez que não era possível determinar com rigor se os objetivos de conservação estavam a ser atingidos. Defendeu que, em futuras iniciativas, deveria ser dada prioridade à avaliação prévia da biomassa disponível, de modo a permitir uma monitorização mais eficaz e a introdução de eventuais correções.

A Sra. Caroline Alibert referiu que a questão colocada poderia ser respondida de forma relativamente simples, indicando que não se devia considerar que os Açores constituíam um caso isolado ou experimental no contexto da proteção dos VME. Explicou que já existiam vários anos de experiência acumulada na UE, nomeadamente com o encerramento de áreas em águas europeias, o que permitia avaliar os impactos das medidas adotadas. Referiu que, ao longo dos últimos quatro anos, tinham sido registadas diversas reações por parte dos Estados-Membros, incluindo Portugal e Espanha, e que o tema tinha sido objeto de debate, incluindo processos judiciais relacionados com a aplicação das regras às artes estáticas. Indicou que a CE obtivera uma decisão favorável em primeira instância, embora existisse ainda um recurso pendente por parte de Espanha. Sublinhou que todo este processo contribuía para clarificar progressivamente o enquadramento e as implicações das medidas adotadas,

considerando que essa experiência acumulada seria útil quando fossem aplicadas medidas semelhantes às RUP. Concluiu que estas regiões poderiam beneficiar do conhecimento adquirido ao longo dos últimos anos.

O Sr. Luís Rodrigues (*Lotaçor*) referiu que o processo de construção das AMPs nos Açores tinha sido iniciado havia bastante tempo. Indicou que, segundo o que foi sendo assegurado pelos pescadores e pelas principais partes interessadas — salientando que, neste contexto, os pescadores constituíam os intervenientes mais relevantes —, esse processo incluía não apenas um plano de reestruturação, mas também um plano de monitorização. Sublinhou que a existência de um plano de monitorização era determinante para avaliar o impacto das medidas adotadas, considerando essencial que, ao limitar a atividade de um segmento da frota num determinado território, fosse possível, posteriormente, demonstrar os efeitos dessa restrição. Referiu que, na ausência desse acompanhamento, os pescadores poderiam, legitimamente, questionar os resultados das medidas, nomeadamente quando deixavam de exercer a sua atividade em determinadas zonas que anteriormente constituíam a sua fonte de rendimento. Acrescentou que fora igualmente assegurada a existência de um plano de vigilância e controlo, com vista a garantir a fiscalização da implementação das áreas protegidas, bem como a existência de mecanismos para mitigar o aumento do esforço de pesca noutras zonas, decorrente da deslocação da frota para áreas não abrangidas pelas restrições. Referiu ainda que lhe fora transmitido que o processo teria sido participativo, permitindo aos pescadores manifestar-se, e que o suporte científico para a definição das áreas teria sido assegurado por investigadores, em articulação com o setor. Concluiu manifestando a expectativa de que, apesar das dificuldades e das reações naturais de resistência associadas a este tipo de processos, os resultados viessem a ser profícuos, expressando o desejo de que, no futuro, a abundância de peixe fosse tal que a atividade piscatória se tornasse mais sustentável e produtiva.

O Sr. Jorge Gonçalves referiu que outras regiões que ainda não implementaram AMPs deveriam analisar cuidadosamente todo o processo e assegurar que este fosse efetivamente participativo, ou seja com o envolvimento direto do setor, em particular do setor das pescas. Destacou que uma das questões mais críticas se prendia com a redução significativa das áreas disponíveis para a atividade piscatória nos Açores, referindo que cerca de 30% da área fora classificada como AMP, sendo que aproximadamente 15% correspondia a zonas de proteção total, onde não era permitida qualquer atividade, à exceção de usos contemplativos, como o mergulho ou a observação de cetáceos. Sublinhou que esta redução da área de pesca não fora acompanhada, numa fase inicial, por um plano de reestruturação do setor, considerando que esta inversão de sequência — primeiro a criação das áreas e posteriormente a reestruturação do setor — constituía um dos principais problemas do processo.

Indicou que, não tendo sido feito qualquer tipo de redução do esforço de pesca, existia o risco de concentração da frota noutras áreas, o que poderia agravar a pressão sobre os respetivos espaços. Referiu que, em vez de resolver eventuais problemas existentes, este processo poderia conduzir à sua transferência para outras áreas, criando situações de sobreexploração e comprometendo a sustentabilidade dessas zonas. Sublinhou que tal cenário poderia gerar problemas mais complexos a médio prazo, reforçando a necessidade de uma abordagem mais equilibrada. Acrescentou que, embora a ZEE dos Açores fosse muito extensa, com cerca de um milhão de quilómetros quadrados, apenas uma pequena parte — cerca de 1% — era efetivamente explorável. Nesse contexto, a redução de 30% da área disponível para a pesca, associada à concentração da atividade na restante área, constituía um motivo de grande preocupação para o setor. Referiu ainda que os apoios financeiros previstos para o setor, no valor de cerca de 10 milhões de euros distribuídos por três anos, eram insuficientes face à dimensão dos impactos esperados, considerando que, quando distribuídos pela frota, representavam um montante reduzido e pouco significativo para compensar as perdas associadas às restrições impostas. Concluiu afirmando que o processo, tal como fora conduzido, levantava várias questões e que, embora fosse agora necessário procurar corrigir algumas situações, os efeitos das decisões tomadas já se faziam sentir no setor.

Na sequência, tomou a palavra o Sr. Pedro Melo (*Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores - ACPA*), que esclareceu que, do seu ponto de vista, a questão central não residia na implementação de AMPs nos Açores, a qual considerou pacífica e resultado de um processo que vinha sendo construído ao longo do tempo. Sublinhou, contudo, que existia uma narrativa recorrente, frequentemente utilizada no plano político, segundo a qual o setor fora envolvido e ouvido no processo. Reconheceu que o setor fora, de facto, ouvido, mas questionou se as preocupações manifestadas foram efetivamente consideradas e integradas nas decisões tomadas. Identificou como principal problema a velocidade a que o processo estava a ser implementado, considerando que esta não permitia ao setor adaptar-se adequadamente nem agir em conformidade com as novas condições. Acrescentou que a implementação das AMPs não afetava apenas os pescadores e armadores, mas tinha impactos mais amplos na economia do setor, incluindo as áreas da comercialização e da indústria, que considerou estarem absolutamente esquecidas neste processo. Referiu que essas duas áreas enfrentavam atualmente problemas gravíssimos, não conseguindo projetar o futuro a curto prazo, devido à conjugação de vários fatores, incluindo a implementação das áreas protegidas, as dificuldades na restauração do setor e o contexto global de incerteza. Sublinhou que existia uma ausência de uma estratégia clara para os próximos anos, referindo que nem o setor nem os decisores políticos conseguiam antecipar os desenvolvimentos futuros, o que gerava insegurança generalizada.

Considerou que o problema não estava na necessidade de implementar áreas protegidas, mas sim na forma como o processo estava a ser conduzido e como estava a ser pensado o futuro. Alertou para o risco de o setor sofrer consequências graves, podendo ocorrer uma redução significativa da atividade ao longo dos próximos anos, com impactos não apenas na produção, mas também na comercialização e na indústria. Defendeu que seria fundamental apresentar não apenas os impactos positivos das AMPs, mas também os impactos negativos, bem como as medidas necessárias para os mitigar, considerando, porém, que essa análise não tinha sido devidamente realizada. Concluiu a sua intervenção salientando a importância de encontrar soluções equilibradas, alertando que não se devia aplicar uma solução que, ao tentar resolver um problema, acabasse por agravar a situação do setor.

A Sra. Caroline Alibert iniciou a sua intervenção referindo a dificuldade em não reagir a uma intervenção que considerou particularmente dinâmica. Considerou importante contextualizar o processo, indicando que a CE tinha vindo a realizar consultas alargadas com as partes interessadas desde 2017, incluindo pescadores, organizações não-governamentais, cientistas e representantes dos Estados-Membros. Referiu que foram organizadas diversas sessões de trabalho, nomeadamente em Copenhaga, em colaboração com o ICES, bem como enviados questionários e promovidas reuniões regulares com Estados-Membros e Conselhos Consultivos, com uma frequência aproximada de nove reuniões por ano desde essa data. Sublinhou que, nesse contexto, os participantes tiveram amplas oportunidades de serem ouvidos. No entanto, destacou que o facto de as partes interessadas serem ouvidas não implicava necessariamente que as suas posições fossem integralmente adotadas, reconhecendo que poderia existir frustração relativamente aos resultados finais. Abordou, em seguida, a questão da avaliação dos impactos socioeconómicos, referindo que a CE lançara um apelo aos Estados-Membros e aos cientistas, no âmbito do STECF, para a realização de estudos sobre os impactos das medidas adotadas, abrangendo não apenas os pescadores, mas toda a cadeia de valor do setor. Indicou que, nesse processo, participaram cientistas de vários países, nomeadamente de Espanha, França e Irlanda, e que não houve participação de cientistas portugueses. Assinalou este facto como uma lacuna relevante, indicando que a ausência de contributos científicos de Portugal dificultou a avaliação dos impactos socioeconómicos no contexto nacional. Referiu ainda que, apesar dessa ausência, houve participação de representantes do setor nas reuniões de partes interessadas, cujo contributo considerou útil, embora baseado numa perspetiva individual e não numa análise científica estruturada. Sublinhou a importância de garantir a participação ativa de todos os intervenientes, nomeadamente quando eram solicitados contributos para este tipo de avaliações. Concluiu afirmando que o trabalho de avaliação continuaria a ser desenvolvido e incentivou os participantes a envolverem-

se ativamente nos processos em curso, de modo a assegurar que as avaliações socioeconómicas fossem completas e representativas.

O Sr. Jorge Gonçalves agradeceu a intervenção, salientando a importância das informações partilhadas, e solicitou que fosse disponibilizado o contacto do representante do setor que participou nas reuniões referidas, com o objetivo de facilitar o trabalho conjunto e a articulação futura.

O Sr. João Delgado (*Mútua dos Pescadores*) interveio com vista a reforçar algumas das ideias que já tinham sido expressas, sublinhando a importância de garantir que o processo em curso fosse ajustado de forma a responder às necessidades de todos os intervenientes. Considerou que, mesmo que o processo tenha tido falhas na sua fase inicial, existia ainda a possibilidade de o corrigir através de uma reflexão coletiva e de uma atuação concertada. Destacou a necessidade de encontrar um equilíbrio entre a proteção dos recursos, a preservação da biodiversidade e a sustentabilidade das atividades económicas dependentes da pesca. Sublinhou que, no contexto da Região Autónoma dos Açores, a defesa dos interesses da região devia estar diretamente associada à defesa das populações que dela dependiam, nomeadamente das comunidades ligadas ao setor das pescas. Reforçou a ideia de que o impacto das medidas não se limitava ao emprego direto na pesca, mas tinha efeitos multiplicadores ao longo de toda a cadeia de valor. Referiu que, por cada posto de trabalho criado diretamente na pesca, eram cinco postos de trabalho criados em terra, incluindo na transformação, comercialização, construção naval e outros serviços conexos. Assim, alertou para o impacto significativo dessa realidade sobre as economias regionais. Defendeu que era essencial dispor de dados socioeconómicos que permitissem antecipar e avaliar os danos colaterais decorrentes das medidas adotadas, considerando que a ausência desses estudos era inadmissível, sobretudo tendo em conta a dimensão das decisões em causa. Sublinhou que esses dados eram fundamentais para se perceber o futuro do setor e que reajustes eram necessários ao longo de todo o processo.

Resumo

A Sra. Caroline Alibert informou que a intervenção incidiria no trabalho científico relativo aos ecossistemas marinhos vulneráveis (VME) nas RUP. Referiu que o relatório do ICES de 2023 identificou os dados disponíveis, as lacunas de informação e possíveis orientações para trabalhos futuros. Indicou o lançamento de um *call for data* sobre artes estáticas, destinado a avaliar os respetivos impactos nos fundos marinhos. Anunciou a preparação de parecer científico para definir uma medida de intensidade comparável ao *Swept Area Ratio* aplicado às artes móveis. Esclareceu que o parecer de 2026 ainda não abrangerá as RUP, estando previsto um *benchmark* metodológico em 2027 e eventual

integração regional até 2028. Sublinhou a distinção entre o trabalho científico geral e o âmbito do Regulamento de Acesso às Águas Profundas, aplicável abaixo dos 400 metros.

O representante do ICES confirmou o desenvolvimento de novas metodologias e a realização de sessões técnicas sobre artes estáticas e índices de VME.

Os representantes do setor açoriano alertaram para os efeitos cumulativos das AMPs e de novas restrições sobre a pesca e a respetiva cadeia de valor. Foram assinaladas insuficiências na avaliação prévia da biomassa, monitorização, reestruturação do setor e quantificação dos impactos socioeconómicos.

Concluiu-se pela necessidade de reforçar a participação científica e setorial, conciliando a proteção dos ecossistemas com a viabilidade das pescarias.

5. Apresentação do relatório EWG 24-06 sobre as RUP

A Sra. Clara Ulrich (*IFREMER*) começou por se apresentar, referindo que trabalhava no IFREMER, onde desempenhava funções de coordenação da área da especialização, e que era membro do STECF há quinze anos. Assinalou que já tinham existido outras ocasiões de encontro com os membros do CCRUP e agradeceu o convite que lhe tinha sido dirigido. Explicou que lhe tinha sido solicitado que apresentasse um grupo de peritos que tinha trabalhado cerca de dois anos antes, designado EWG 24-06. Referiu que tinha tido algumas trocas de impressões com a Secretária-Geral, no sentido de salientar que se tratava de um trabalho que já não era recente e que, por essa razão, a sua apresentação poderia levantar a questão da atualidade da informação. Acrescentou que, não tendo tido anteriormente a oportunidade de se reunir com o grupo, desconhecia em que medida os participantes estavam já familiarizados com os assuntos tratados no STECF, pelo que decidiu apresentar o grupo de trabalho, mas sublinhou que os participantes deveriam sentir-se à vontade para colocar questões e pedir mais ou menos detalhe consoante as suas necessidades. Referiu que, no âmbito específico das RUP, o STECF não tinha tido muitos grupos de trabalho dedicados, mencionando que apenas tinham existido um em 2019 e outro em 2024. Indicou que a maior parte do trabalho desenvolvido se tinha centrado em matérias relacionadas com o relatório de balanço da capacidade. Acrescentou que presumia que todos conheciam esse trabalho, mas observou que, caso não fosse assim, seria importante clarificar o contexto, uma vez que o relatório de balanço da capacidade visa precisamente medir se as frotas europeias estavam em equilíbrio ou em desequilíbrio face às suas capacidades e aos recursos disponíveis. Explicou que, no caso das RUP, este trabalho tinha progredido bastante desde 2022. Referiu que, no diapositivo que estava a apresentar, mostrava a situação das regiões francesas em 2021,

numa apresentação que qualificou como padrão (*standard*) dos indicadores de balanço da capacidade. Esclareceu que esses indicadores incluem dois indicadores biológicos, dois indicadores económicos e dois indicadores técnicos, calculados todos os anos para todas as frotas europeias. Assinalou que, quando começaram a mobilizar-se mais intensamente sobre esta matéria, a situação em 2021 era marcada por muitas zonas a cinzento, ou seja, por muitos indicadores que não podiam ser calculados devido à falta de informação, designadamente no plano biológico. Indicou que, já em 2022, se podia observar, visualmente, uma diferença assinalável entre os quadros comparativos, com uma melhoria real das condições de cálculo e uma melhoria nos dados disponíveis, embora persistisse ainda muita informação em falta relativamente ao indicador SHI, que descreveu como o indicador do desequilíbrio em relação aos recursos explorados. Referiu que o grupo de trabalho de 2024 tinha representado uma etapa intermédia nesse processo de evolução mais forte iniciado em 2022. Contudo, confessou que, ao preparar a apresentação, tinha constatado que grande parte do conteúdo do relatório já lhe parecia, no momento presente, um pouco antigo. Disse que havia dito à Secretária-Geral que a situação retratada nesse relatório deveria ter sido apresentada muito mais cedo, não sendo ideal que só em 2026 os membros tivessem oportunidade de a conhecer. Acrescentou que, entretanto, se tinham passado muitas coisas, o que dificultava a decisão sobre o grau de detalhe com que deveria apresentar o relatório. Prosseguiu explicando que o grupo de trabalho assentava em três grandes elementos de discussão. O primeiro dizia respeito às famosas linhas diretivas da UE (*guidelines*), para a estimação do balanço e do desequilíbrio. Recordou que, quando o grupo de trabalho se reuniu em 2024, já tinha sido feita uma primeira etapa anterior, com linhas diretivas intermédias preparadas no início de 2024. Observou que, à data em que falava, as linhas diretivas históricas, que remontavam a 2014, tinham já sido substituídas por uma nova versão proposta em 2024 e, mais recentemente, por uma nova versão publicada pela CE no final de 2025. Explicou que, por essa razão, muitas das discussões que tinham lugar no grupo de trabalho de 2024 tinham, entretanto, perdido atualidade, na medida em que já existiam novas instruções. Acrescentou que, na semana anterior, tinha estado em Bruxelas para a sessão plenária do STECF e que uma das tarefas analisadas — cujo relatório ainda não tinha sido publicado, estando a publicação prevista para o final de março — consistia em rever o relatório de capacidade de 2025 à luz dessas revisões de 2025. Sublinhou que o processo se encontrava, portanto, numa fase muito avançada, aproximando-se da sua conclusão, mas assinalou também que as revisões lançadas em 2025 eram relativamente diferentes das que tinham sido discutidas em 2024. Foi por isso que considerou difícil falar hoje deste tema sem ressaltar o seu desfasamento temporal. Explicou que o segundo termo de referência do grupo de trabalho consistia num ponto de situação sobre a forma como os três Estados-Membros — França, Portugal e Espanha — estavam a evoluir na melhoria da recolha de dados e,

consequentemente, na melhoria dos seus planos de recolha para 2025 e 2027. Referiu que houve muitas discussões sobre os dados económicos e assinalou que, salvo erro, os membros do CCRUP já tinham tido algumas apresentações do seu colega Olivier Guyader sobre esses progressos. Observou ainda que este trabalho permitia comparar o que tinha sido dito em 2019 com o que já tinha sido feito entre 2019 e 2024, incidindo sobre a recolha de dados para 2025 e as avaliações associadas. Indicou que o terceiro termo de referência dizia respeito às possíveis medidas de gestão da pescaria de pargo-vermelho (*Lutjanus purpureus*) na *Guyane française*. Referiu que gostaria de apresentar um pouco o pedido formulado pela CE, caso os participantes desejassem entrar mais em detalhe, mas insistiu novamente que tudo o que estava a apresentar tinha sido objeto de nova discussão em 2025 e voltara a ser debatido já em 2026. Entrando em aspetos mais técnicos, explicou que uma das dificuldades clássicas das RUP residia no cálculo dos Indicadores de Captura Sustentável (*Sustainable Harvest Indicators* - SHI), sobretudo devido à ausência de avaliação de unidades populacionais. Referiu que, em 2024, pelo lado francês, estavam ainda numa fase de emergência das avaliações nacionais de unidades populacionais e de constituição de um grupo de trabalho nacional para melhorar essa situação. Sublinhou que, nesse contexto, o grupo de trabalho de 2024 tinha sido a primeira oportunidade para colocar num relatório internacional, em inglês, informação que até então estava a ser trabalhada a nível nacional, em francês, e em relatórios ainda não publicados. Indicou que regressaria a esse ponto mais adiante. Disse que houve muitas discussões sobre os Indicadores de Unidades Populacionais em Risco (*Stock at Risk Indicators* - SRI), que se centrava no número de unidades populacionais e de espécies exploradas consideradas em risco. Explicou que essas unidades populacionais podiam ser consideradas em risco, porque a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) os qualificava como estando em mau estado ou porque as próprias avaliações de unidades populacionais indicavam níveis de biomassa baixos. Referiu que o grupo de trabalho EWG 24-06 tinha realizado análises de sensibilidade relativamente a este indicador, nomeadamente no que respeitava ao limiar segundo o qual se considerava que uma frota das RUP contribuía para uma unidade populacional em determinado grau. Explicou que existia um duplo limiar: um limiar de dependência e um limiar de contribuição para o impacto, usualmente fixados em 10%. Referiu que se discutia então se esse valor de 10% fazia ou não sentido, tendo sido testada a hipótese de o elevar para 20%. O grupo de trabalho efetuou, assim, análises de sensibilidade para verificar quantas frotas passariam a vermelho ou deixariam de o estar em função da alteração desses limiares, sem pretender afirmar que um valor era mais científico ou mais lógico do que o outro, uma vez que reconheceu que se tratava, em parte, de escolhas arbitrárias. Acrescentou que uma terceira discussão importante em 2024 — e que também tinha evoluído bastante desde então — dizia respeito ao facto de, para calcular a contribuição de uma frota das RUP para uma

unidade populacional, não bastava olhar apenas para os dados europeus. Sublinhou que, no caso dos tunídeos ou de recursos partilhados com países terceiros, como o México ou outros Estados costeiros não europeus, não era possível avaliar a contribuição da frota europeia ignorando o impacto das frotas não europeias. Reconheceu que esse tipo de informação era mais difícil de obter do que os dados sobre capturas europeias, que estavam mais facilmente mobilizados. Disse que este aspeto tinha sido bastante discutido no grupo de trabalho de 2024 e também voltara a ser debatido em 2025 e 2026. Referiu ainda que o relatório tratava igualmente de outros indicadores económicos importantes, nomeadamente os relacionados com as subvenções nacionais e europeias, bem como os ligados à melhor forma de calcular a produtividade do trabalho e a produtividade do capital. Observou que não tinha a certeza, mas que lhe parecia que o seu colega Olivier Guyader já tinha apresentado alguns desses elementos ao CCRUP. Indicou, assim, que esses eram os principais blocos de trabalho constantes do relatório. Passando ao segundo termo de referência, relativo à preparação e discussão dos planos de recolha de informação dos três Estados-Membros, explicou que em 2019 o STECF tinha proposto uma folha de rota, para identificar o que faltava e o que deveria ser feito para colmatar as lacunas existentes. Referiu que houve uma primeira revisão pela sessão plenária do STECF em 2022 e que, em 2024, o grupo de trabalho voltou a analisar, linha por linha e para cada Estado-Membro, o que tinha progredido desde 2019. Disse que não iria mostrar todos esses detalhes oralmente, mas assinalou que, no relatório, das páginas 44 a 59, se podia ver claramente que, em quase todos os pontos identificados em 2019 como problemáticos em termos de recolha de dados, tinham sido registados progressos muito importantes. Sublinhou que esses avanços eram visíveis em questões biológicas, ecossistémicas, económicas e sociais, em todas as regiões e em todos os países, o que considerou extremamente encorajador. Destacou que, no relatório, tudo o que aparecia sublinhado nessas páginas correspondia precisamente a progressos alcançados desde 2019. Disse também que o grupo de trabalho tinha discutido o que ainda restava fazer. Sem se alongar muito sobre as situações em Portugal e em Espanha, quis estabelecer uma ligação entre o conteúdo do grupo de trabalho e o trabalho mais recente realizado em França. Explicou que, em França, existia hoje um grupo de trabalho dedicado às RUP, que publicou um primeiro relatório em setembro de 2024, pouco depois do grupo de trabalho do STECF, e que esse trabalho foi atualizado numa segunda versão publicada no início de fevereiro de 2026. Referiu que tinha incluído na apresentação a capa e a ligação eletrónica para esse relatório. Descreveu-o como um documento muito extenso — a primeira versão com cerca de 800 páginas e a segunda com cerca de 1000 —, acompanhado de uma síntese de cerca de dez páginas disponível em francês e em inglês. Sublinhou que, no final, muitas das coisas relatadas no grupo de trabalho do STECF se encontravam muito mais detalhadas e atualizadas nesse relatório francês, pelo que considerava mais útil que os

membros do CCRUP conhecessem esse trabalho mais recente. Quanto ao terceiro termo de referência, relativo às medidas de gestão possíveis para a pescaria do pargo-vermelho na *Guyane française*, explicou que se tratava de uma pescaria muito particular, exercida em águas francesas dessa região, mas explorada sobretudo pela Venezuela, o que implicava todos os anos discussões sobre gestão, contactos e trocas de licenças entre a França, a União Europeia e a Venezuela. Referiu que, tratando-se de uma pescaria submetida a forte pressão, a problemas políticos e à pesca ilegal, o STECF teve ocasião de discutir várias opções de gestão que poderiam ser consideradas nesse quadro. Assinalou, contudo, que não tinha muita informação atualizada sobre a gestão efetiva da pescaria nem sobre o impacto concreto do trabalho desenvolvido pelo grupo de trabalho nas decisões de gestão, considerando que essa questão deveria ser esclarecida junto da CE, que se encontrava representada na reunião. Concluiu afirmando que não tinha muito mais a acrescentar sobre este grupo de trabalho. Reconheceu que tinha sido um exercício exigente e trabalhoso para os peritos envolvidos e reiterou que o relatório refletia muitos trabalhos ainda em curso à data e que, por isso, grande parte do que ali constava se encontrava desatualizado face ao que, entretanto, foi discutido em 2025 e 2026. Considerou, por isso, que, para as discussões em curso no CCRUP, seria mais útil centrar-se em informação mais recente do que continuar a debater em detalhe o conteúdo deste relatório.

A Secretária-Geral dirigiu-se à Sra. Clara Ulrich, explicando que tinha sido solicitado que aquele relatório fosse apresentado ao grupo porque, embora os membros tivessem conhecimento da sua existência, considerava pouco provável que o tivessem lido, até por se encontrar apenas disponível em inglês. Referiu que essa apresentação já estava prevista havia bastante tempo, tendo surgido apenas agora a oportunidade de a concretizar. Acrescentou que também lamentava não ter conhecido anteriormente o relatório 25-08, motivo pelo qual tinha solicitado a apresentação daquele relatório mais antigo. Assinalou, no entanto, que já tomara nota da existência do relatório mais recente, com vista a poder ser também apresentado futuramente. Observou que, em seu entender, nada se perdia com a apresentação agora realizada, pois era sempre importante que os membros soubessem que esse trabalho tinha sido feito, conhecessem as suas conclusões e pudessem depois compreender a evolução ocorrida.

A Sra. Alda Centeio esclareceu que lhe parecia não ter ficado suficientemente claro que a referência feita anteriormente pela Sra. Caroline Alibert à ausência dos chamados dados socioeconómicos não dizia respeito às RUP, mas sim às zonas do continente relativamente às VME já estabelecidas. Explicou que a avaliação em causa, ou a tentativa de avaliação por parte do STECF, incidia sobre esses fechos já existentes no continente e não sobre dados relativos às RUP. Referiu que, pelos vistos, tinha existido uma falha, sublinhando que o STECF é um órgão científico que não

depende da administração, razão pela qual não sabiam exatamente por que motivo tinha havido ausência de cientistas portugueses nessa reunião do STECF. Reiterou, no entanto, que essa ausência não se prendia com as RUP, mas com o continente. Acrescentou que, de qualquer modo, se encontravam a trabalhar, no âmbito do grupo das águas ocidentais, juntamente com a CE, no sentido de ser feita essa avaliação. Referiu que a Sra. Amanda Pérez se encontrava presente e poderia eventualmente ter alguma atualização sobre essa matéria. Disse que estavam a desenvolver trabalho com o objetivo de perceber até que ponto os fechos já existentes e efetivos no continente estavam a produzir impactos, quer para o continente quer para as zonas ultraperiféricas. Considerou igualmente muito importante que, quando estavam agora a ser estabelecidas VME para os Açores e para a Madeira, no caso concreto de Portugal, fosse possível perceber o impacto que essas medidas teriam nas pescas e proceder à respetiva avaliação para o setor. Sublinhou ainda que essa avaliação era muito importante para poder equilibrar os pilares da Política Comum das Pescas (PCP), lembrando que esses pilares existem e que é necessário equilibrar a vertente económica com a proteção ambiental e a sustentabilidade. Defendeu que não podiam ser tomadas decisões orientadas apenas num sentido, sem proteger também o setor, as pessoas e o abastecimento alimentar, que considerou necessário. Acrescentou que também não se podia ignorar o momento particular que se vive a nível internacional, o qual está a alterar muitas coisas e que, em seu entender, ainda não tinha sido suficientemente incorporado na reflexão. Referiu que toda a experiência já recolhida, incluindo aquilo que correu menos bem no estabelecimento das VME a nível continental, deveria ser utilizada agora, nomeadamente através do *benchmark* da avaliação que o ICES deveria fazer, para que os processos em curso decorram melhor e sejam mais favoráveis para todos, tanto para os recursos como para os pescadores.

O Sr. Pedro Melo começou por esclarecer a Sra. Caroline Alibert, referindo que a sua forma de falar é, por natureza, um pouco exaltada, mas que isso faz parte do seu modo de intervir e não pretendia, de forma alguma, transmitir um discurso negativo. Explicou que o que procurava fazer era expor aquilo que tinha sido, internamente, a forma como as coisas se passaram. Acrescentou que a sua crítica, bem como a crítica do setor na região, se relacionava sobretudo com a forma como todo o processo fora trabalhado e negociado internamente e com aquilo que lhes foi sendo disponibilizado ao longo do tempo. Sublinhou que uma das falhas mais relevantes tinha sido a ausência de estudos que demonstrassem, com clareza, quais seriam os impactos positivos e negativos da situação, explicando que o setor tinha vindo, ao longo dos anos e em todas as fases de negociação, a solicitar esse tipo de estudos aos agentes que estavam a implementar as AMPs, mas que esses estudos nunca lhes foram apresentados. Referiu que era precisamente essa ausência que inquietava o setor. Acrescentou quem o

processo carecia de monitorização, mas que aquilo que poderia levar os diferentes atores a agir de boa-fé seria precisamente a existência de um processo o mais claro possível e suportado pelo maior número de dados. Entendeu que isso foi precisamente o que faltou internamente e que continuava ainda a faltar, o que explicava que o setor se sentisse incomodado com a implementação já em vigor desde 1 de janeiro. Referiu que existem muitas “pontas soltas”, muitos elementos que o setor desconhece, valores que são anunciados, mas ainda não se encontram suficientemente esclarecidos quanto ao seu impacto positivo ou negativo, e que é a forma como todo esse processo decorreu que continua a inquietá-los. Subscreeveu aquilo que tinha sido dito pela Sra. Alda Centeio na sua intervenção anterior relativamente ao comércio global, reconhecendo que a globalização, tal como vinha sendo conhecida, provavelmente iria alterar-se, o que é algo que se estava a aprender com o processo internacional em curso. Observou, contudo, que, no caso dos Açores, a exportação do pescado continuava a ser essencial, porque o consumo interno não conseguia absorver aquilo que era capturado. Referiu que se tratava de uma realidade da qual a região continuaria a depender, até porque existiam espécies cujo valor comercial era muito elevado no mercado externo e que, se fossem absorvidas apenas pelo mercado regional, levariam a uma quebra de preços em larga medida que não seria favorável à produção nem ao conjunto do setor. Sublinhou, por isso, que os Açores continuariam, pelo menos nos próximos anos, a precisar do mercado externo, estando muito dependentes daquilo que acontecia fora da região. Concluiu referindo que, se realmente os cientistas não tinham comparecido nem apresentado estudos socioeconómicos — insistindo na importância de associar também a vertente social, isto é, o impacto nas pessoas e nas comunidades —, isso os inquietava, porque demonstrava que, talvez, o trabalho não estivesse a ser tão bem feito quanto lhes queriam fazer acreditar.

O Sr. Jorge Gonçalves acrescentou ainda que lhe parecia importante deixar uma mensagem para as outras regiões que pudessem vir a enfrentar processos semelhantes, advertindo-as para que tivessem atenção àquilo que tinha vindo a correr mal no processo dos Açores, de forma a evitar que cometessem os mesmos erros.

Referiu que concordava com o que o Sr. Pedro Melo tinha dito. Explicou que, muitas vezes, era difícil ter consciência do impacto que este tipo de medidas produzia e que, para a Lotaçor, a criação de AMPs também afetava profundamente a viabilidade da empresa. Sublinhou que aqueles que viviam nos Açores e acompanhavam as notícias saberiam que qualquer alteração nas descargas tinha um impacto tremendo na Lotaçor. Indicou, por isso, que, a par das preocupações apresentadas pelo Sr. Pedro Melo, a própria Lotaçor também se sentia afetada por este processo. Acrescentou que, nessa qualidade, procurou informar-se não apenas junto dos pescadores, mas também junto da equipa que acompanhava o processo, razão pela qual dispunha da informação que estava a transmitir. Mais

acrescentou que a Lotaçor, ao contrário do que muitas pessoas pensam, não existia apenas para vender peixe. Referiu que essa era uma ideia muito disseminada, mas incorreta. Explicou que a empresa não vendia peixe; limita-se a proporcionar as condições para que o peixe fosse vendido, não tendo qualquer responsabilidade para além de salvaguardar a qualidade, a segurança alimentar e a rastreabilidade. Na sua perspetiva, a Lotaçor tinha uma função ainda mais relevante, que era a de providenciar dados. Sublinhou que a Lotaçor constituía a maior fonte de dados para a ciência e também para a tomada de decisão. Explicou que, para além dos dados das descargas, que muitas vezes eram os dados que seguiam para o ICES e que sustentavam os seus pareceres quando faltavam outros elementos, a empresa dispunha também de dados socioeconómicos. Referiu que trabalhava com vários programas de recolha de dados socioeconómicos e que partilhava esses dados com alguns programas específicos. Observou que, embora nos últimos anos a questão socioeconómica tivesse começado a ser tratada com mais atenção, continuava preocupado porque não lhe parecia que aquilo que era pedido respondia verdadeiramente ao impacto ou à caracterização socioeconómica das comunidades piscatórias. Explicou que, na maior parte das vezes, em encontros deste tipo, encontrava sobretudo biólogos ou cientistas das ciências da natureza, e muito raramente cientistas das ciências sociais. Considerou que esse é um dos problemas PCP desde os anos 80, e que, segundo entende, continuava por resolver, uma vez que não se atendiam suficientemente as questões socioeconómicas. Disse que as políticas pareciam ser feitas mais para os peixes do que para as pessoas. Exemplificou, afirmando que sabia qual era o impacto da pesca sobre a unidade populacional de goraz (*Pagellus bogaraveo*), mas não sabia quantas crianças, quantas famílias e de que forma a economia seria afetada se essa unidade colapsasse. Referiu, por isso, que continuava a faltar-lhe informação económica e social da pesca. Concluiu dizendo que, embora se apercebesse de uma maior atenção a estas matérias nos últimos anos, ainda existia muito por fazer. Acrescentou, por fim, que a Lotaçor estava disponível para partilhar todos os dados que possuía, lembrando que, além das responsabilidades já referidas, a empresa tinha também responsabilidades sociais, incluindo o pagamento de seguros e de prestações sociais aos pescadores, dispondo assim de muita informação passível de ser partilhada e trabalhada no âmbito das ciências sociais.

Resumo:

A Sra. Clara Ulrich apresentou o relatório EWG 24-06 do STECF, relativo à avaliação da capacidade das frotas das RUP. Assinalou o desfasamento temporal do documento, atendendo à publicação de novas orientações da Comissão Europeia em 2025. Informou que os indicadores biológicos, económicos e técnicos registaram melhorias, embora persistam lacunas

no cálculo do indicador SHI. Referiu as análises de sensibilidade do indicador SRI, incluindo a revisão dos limiares de dependência e contribuição das frotas. Sublinhou a necessidade de considerar as capturas de países terceiros na avaliação de unidades populacionais partilhadas. Registaram-se progressos substanciais nos planos de recolha de dados de França, Portugal e Espanha desde a avaliação de 2019. Foi recomendada a consulta do relatório francês atualizado em 2026, por conter informação mais recente e detalhada sobre as RUP. Relativamente ao pargo-vermelho na Guiana Francesa, foram referidos problemas de pressão pesqueira, licenciamento e pesca ilegal.

Os participantes defenderam avaliações socioeconómicas prévias das VME e AMPs, assegurando o equilíbrio entre conservação e sustentabilidade setorial.

A Lotação salientou a relevância dos seus dados biológicos e socioeconómicos e manifestou disponibilidade para apoiar futuras avaliações.

6. Apresentação do Relatório Económico Anual sobre a Frota de Pesca Europeia com foco nas RUP

O Sr. Angel Calvo (*DGMARE – Unidade A4*) iniciou a sua intervenção cumprimentando os presentes e agradecendo o convite para apresentar o relatório económico, que qualificou como um exercício importante por abranger dados e informações de natureza socioeconómica sobre as frotas de pesca da UE. Explicou que, ao longo da sua intervenção, procuraria apresentar as principais tendências e indicadores relativos à frota de pesca europeia, focando-se posteriormente nas especificidades das RUP. Começou por enquadrar a importância do relatório, referindo que o mesmo fornecia informações relevantes sobre a dimensão socioeconómica da PCP, incluindo indicadores como valor acrescentado, rendimento, custos, rentabilidade, emprego, salários e produtividade. Indicou que o relatório, publicado no ano anterior, incluía dados finais até 2023, bem como dados preliminares e projeções para 2024 e 2025, permitindo assim uma visão abrangente da evolução recente do setor. Referiu ainda que o relatório cobria diferentes segmentos da frota, incluindo a frota de longa distância, a frota costeira de pequena escala e as frotas que operam nas RUP. Detalhou que o relatório incluía um conjunto alargado de variáveis, abrangendo não apenas dados económicos, mas também informações sobre esforço de pesca, desembarques e capacidade. Referiu que o exercício cobria cerca de 500 segmentos de frota e incluía 43 variáveis, com uma cobertura estimada em aproximadamente 95% da frota da UE. Acrescentou que eram utilizados dados complementares provenientes de fontes como o Eurostat, o

EUMOFA e o registo da frota, com o objetivo de garantir uma análise abrangente. Apresentou, de seguida, alguns dos principais números relativos à frota de pesca da UE, referindo que esta incluía cerca de 70.000 embarcações, das quais aproximadamente 53.000 estavam ativas. Indicou que estas embarcações geravam um valor de desembarques na ordem dos 6 mil milhões de euros e um volume de cerca de 3,39 milhões de toneladas. Referiu ainda que a atividade do setor gerava cerca de 155.000 empregos diretos nas comunidades costeiras, correspondendo a cerca de 73.000 a 74.000 equivalentes a tempo inteiro, sublinhando que estes números diziam respeito apenas ao emprego direto, sendo significativamente superiores quando consideradas as atividades associadas. No que respeitava à dimensão económica, indicou que o valor acrescentado bruto do setor foi estimado em cerca de 3,2 mil milhões de euros, com um resultado operacional positivo de aproximadamente 222 milhões de euros. Abordou também a questão da eficiência energética, referindo que, em média, um litro de combustível permitia a produção de cerca de 2,2 quilogramas de pescado. Destacou a importância do relatório não apenas como fonte de dados, mas também como instrumento de análise, permitindo compreender diferenças estruturais entre segmentos da frota, nomeadamente entre a frota costeira de pequena escala e a frota de maior dimensão, e também o papel na criação de emprego e capacidade. Referiu que, embora a frota de pequena escala representasse uma pequena percentagem da capacidade total, tinha um peso significativo em termos de emprego, representando cerca de metade dos postos de trabalho do setor. Apresentou ainda tendências recentes, indicando que o ano de 2022 foi particularmente difícil para o setor, devido, entre outros fatores, ao aumento dos custos, nomeadamente do combustível, tendo-se registado uma recuperação progressiva até 2025 em termos de rendimento e valor acrescentado. Referiu também tendências de longo prazo, sublinhando que, em média, a frota da UE tinha vindo a aumentar a sua eficiência, capturando mais com menor esforço, o que se traduzia em melhorias na produtividade económica. Destacou igualmente, a nível social, uma evolução positiva dos salários ao longo da última década, embora com variações entre segmentos e regiões. Referiu que estas tendências deviam ser interpretadas à luz de múltiplos fatores, incluindo preços do combustível, preços do pescado e outros elementos de contexto. Explicou que o relatório procurava apresentar evidência sobre os fatores que influenciam o desempenho da frota de pesca, apresentando, a título de exemplo, uma análise relativa às pescarias do Sul. Neste caso, observava-se uma tendência positiva do valor acrescentado bruto por embarcação (*gross value added per vessel*), indicando que, em média, as embarcações que operavam nestas pescarias, de particular importância para o setor, tinham vindo a gerar maior valor económico, traduzido em melhores resultados e salários. Simultaneamente, verificava-se uma redução da mortalidade por pesca, nomeadamente da relação entre a mortalidade por pesca e a mortalidade por pesca correspondente ao Rendimento Máximo Sustentável (MSY).

Referiu que se observava uma correlação entre a melhoria do desempenho económico e a redução da pressão sobre os recursos haliêuticos, contribuindo para a recuperação das unidades populacionais. Considerou, assim, que este caso constituía um exemplo da evidência de que, no contexto da PCP, a adoção de medidas de conservação pode produzir benefícios económicos. Contudo, salientou que a análise deste indicador, por si só, não permitia retratar a totalidade da realidade, uma vez que existem diversos fatores com impacto no desempenho da frota de pesca. Neste contexto, apresentou a evolução dos preços do combustível ao longo dos últimos quatro a cinco anos, sublinhando que estes constituíam um fator determinante para o desempenho da frota. Sublinhou que os preços do combustível constituíam um fator determinante, referindo que estes atingiram um pico em 2022, com valores na ordem dos 1,3 a 1,35 euros por litro, tendo posteriormente diminuído, mas mantendo-se voláteis, com valores recentes em torno dos 0,91 euros por litro. Destacou igualmente a importância da dimensão social associada aos preços dos combustíveis e a necessidade de prosseguir a transição energética do setor. Referiu ainda que outro fator fundamental para explicar a evolução do desempenho da frota de pesca era o comportamento dos mercados e que se observava que o preço do pescado tem se revelado estagnados, pelo que não têm sido um fator fundamental em conduzir a performance da frota europeia. Indicou que o custo do combustível representava cerca de 25% dos custos totais da frota europeia, sendo particularmente relevante para embarcações mais dependentes de energia, como as que utilizam artes de arrasto. Referiu ainda que os preços do pescado tinham apresentado uma tendência relativamente estável, não constituindo, por si só, um fator determinante das variações de desempenho. Mencionou também outros fatores relevantes, como a disponibilidade de mão-de-obra e as condições ambientais, que influenciam o desempenho do setor. Focando as RUP, indicou que as frotas destas regiões registavam desembarques na ordem das 31.000 a 32.000 toneladas, com um valor aproximado de 150 milhões de euros. Referiu que o valor acrescentado bruto destas frotas era estimado em cerca de 100 milhões de euros, destacando a importância desta atividade para as comunidades costeiras. Indicou que o setor empregava cerca de 6.500 pessoas diretamente nestas regiões, sublinhando novamente que o impacto total era superior quando consideradas as atividades associadas. Referiu que o consumo total de combustível nas RUP era estimado em cerca de 20 milhões de litros e que a eficiência energética era inferior à média da UE, sendo necessário cerca de um litro de combustível para produzir 1,6 quilogramas de pescado, o que indicava margem para melhoria, nomeadamente no contexto da transição energética. Sublinhou que a maior parte das capturas nas RUP era destinada aos mercados locais, contribuindo para a segurança alimentar e para o abastecimento de produtos de elevada qualidade. Indicou que, de forma geral, as frotas destas regiões operavam com resultados positivos, com exceção da frota das Canárias, e que as tendências recentes tinham sido globalmente

positivas, embora pudessem existir variações significativas entre segmentos específicos. Concluiu referindo que o relatório se encontrava publicamente disponível e que foi igualmente preparada uma versão sintética, mais acessível, bem como ferramentas interativas que permitiam explorar os dados de forma mais detalhada. Destacou que o objetivo do relatório era apoiar a compreensão do setor e contribuir para a definição de políticas mais informadas. Por fim, agradeceu a atenção dos participantes e manifestou disponibilidade para responder a questões, aproveitando para convidar o CCRUP a participar, como observador, no grupo de trabalho seguinte a realizar em junho, sublinhando a importância da colaboração com os conselhos consultivos para enriquecer a análise e interpretação dos dados.

Na sequência da apresentação do Sr. Angel Calvo, o Presidente agradeceu a intervenção, considerando-a muito interessante e salientando que, pelo menos para si, os dados apresentados eram extremamente importantes e elucidativos. Referiu que, por vezes, não existia plena noção da realidade daquilo que o setor era, daquilo que produzia e da quantificação efetiva da realidade do setor produtivo, o qual, para além da produção, envolvia também outras atividades conexas, nomeadamente o comércio, os combustíveis e todo o universo associado à exploração dos recursos. Considerou, por isso, que aquele tipo de informação era extremamente importante. Acrescentou que gostaria de deixar o desafio de que o relatório pudesse vir a ser produzido nas três línguas das RUP, ou seja, em francês, espanhol e português. Referiu que o CCRUP gostaria muito que essa possibilidade pudesse concretizar-se e indicou que o próprio Conselho poderia eventualmente colaborar ou ajudar nesse esforço, porquanto tal facilitaria bastante a leitura e a observação mais pormenorizada do documento.

O Sr. João Delgado interveio agradecendo a explanação feita e o trabalho desenvolvido, que considerava de elementar importância para aquilo que era o setor e para aquilo que este representava, acrescentando que a apresentação ia exatamente ao encontro daquilo que tinha vindo a ser discutido nos últimos dias de trabalho. Referiu que uma coisa era aquilo que o setor representava diretamente, mas que esse seria sempre um “olhar curto” sobre a realidade representada. Defendeu que era necessário olhar o setor em toda a sua abrangência, em todas as linhas de impacto e em toda a alavancagem que este permitia às economias regionais. Sublinhou o emprego que criava e tudo aquilo que, do ponto de vista estratégico, proporcionava aos países. Reforçou, por isso, que as políticas públicas não podiam ser descoladas desta realidade, nomeadamente da realidade do consumo e dos níveis de consumo de pescado, que eram diametralmente diferentes entre os próprios países da UE, e considerou que essas questões tinham de ser levadas em conta quando se traçavam políticas públicas para o setor. Referiu, em particular, o caso de Portugal, sublinhando que, sendo um país com elevados índices de consumo, essa era uma questão fundamental. Considerou claramente que aquele relatório

constituía um instrumento de grande importância para a análise do Conselho e manifestou o desejo de ter tempo suficiente para o analisar, por entender que se tratava de um retrato da realidade e daquilo que o setor representava. Disse que queria apenas reforçar essa questão, por ser uma preocupação constante de algumas das organizações ali representadas. Acrescentou, por outro lado, uma questão que queria ter colocado anteriormente e que decorria precisamente da riqueza do debate daqueles dias de trabalho: para que serviam, de facto, os conselhos consultivos e para que servia a auscultação ao setor. Perguntou se essa auscultação servia apenas para legitimar uma posição de partida sem que dela se saísse, ou se servia efetivamente para, partindo de uma posição definida, ouvir o setor e considerar os seus contributos para que os equilíbrios fossem estabelecidos e todas as partes fossem defendidas. Terminou agradecendo.

O Sr. Angel Calvo respondeu, agradecendo as palavras de apoio e referiu que, naturalmente, a sua equipa tinha a mão estendida para poder trabalhar em conjunto. Acrescentou que isso já se verificava noutros projetos construtivos em que tinham iniciado cooperação com outros conselhos consultivos. Reconheceu que o relatório não cobria tudo e que havia necessidade de melhorar, tanto na qualidade dos dados como na cobertura de mais aspetos das frotas costeiras, não apenas das cidades, mas das frotas costeiras em geral, sendo esse um domínio em que todos precisavam de se juntar. Limitou-se, por isso, a reiterar o convite para a reunião técnica com os peritos e os cientistas que iria ter lugar em junho, solicitando que este conselho consultivo tivesse algum representante nessa reunião para ajudar a compreender melhor e a interpretar melhor as análises e os dados e para trabalhar em conjunto. Reafirmou, assim, a disponibilidade para a cooperação e para continuar a trabalhar nessa linha, agradecendo a atenção e o tempo.

Neste seguimento, interveio o Sr. Juan Martínez referindo que queria colocar uma ou duas questões relativamente ao que tinha sido apresentado. A primeira prendia-se com os desembarques nas RUP, na ordem das trinta e uma mil e quinhentas e noventa e sete toneladas, bem como com o respetivo valor. Perguntou se, tendo em conta que no âmbito das regiões ultraperiféricas existia um fundo específico, designadamente o POSEI para Canárias, Açores e Madeira, bem como para outras RUP, e sendo que nesse âmbito estavam incluídas cifras respeitantes não apenas à produção local, mas também à produção desembarcada e comercializada a partir das RUP, esses dados tinham sido considerados aquando da elaboração do relatório. Em segundo lugar, levantou a questão, muito atual, do aumento do custo do combustível em resultado da situação que se estava a produzir no Golfo naquele momento. Observou que, provavelmente, os valores atingidos em junho de 2022, também refletidos num gráfico de forma muito expressiva, poderiam vir a ser ultrapassados, acrescentando que as notícias disponíveis à data não faziam prever o fim do conflito a curto prazo, antes sugerindo que este se poderia prolongar

no tempo. Referiu que, de acordo com o relatório, o custo do combustível representava cerca de 24% da conta de exploração das empresas e observou que, em termos médios, com um litro de combustível se capturavam 2,2 quilos de pescado, ao passo que, RUP, a rentabilidade seria, em teoria, inferior, uma vez que um litro corresponderia apenas a 1,6 quilos. Perguntou se seria possível dizer algo mais a esse respeito.

O Sr. Angel Calvo esclareceu que, em relação à fonte de dados, para estimar o valor total da atividade da frota, o relatório se baseava, naturalmente, na *Data Collection Framework*, isto é, na recolha de dados científicos, por ser essa a base do exercício do Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas. Referiu que essa era a referência utilizada, mas acrescentou que, como tinha sido sugerido, uma possibilidade para continuar a melhorar a análise e torná-la mais completa, em particular para essas regiões, poderia passar pela inclusão de dados e estatísticas do âmbito do POSEI. Indicou que esse era um aspeto que poderia ser discutido com o Conselho na reunião técnica do próximo relatório que estava a ser preparado para junho. Quanto à segunda questão, relativa ao impacto dos preços do combustível marítimo, explicou que a sua unidade acompanhava de forma muito próxima a evolução dos preços, não apenas do combustível, mas também dos mercados, por fazer parte do seu trabalho. Referiu que, até ao momento, os números mostravam uma evolução muito flutuante, com preços muito voláteis de dia para dia, situando-se entre 0,9 e 1,1 euros por litro, dependendo do porto e da região. Assinalou que, embora os preços ainda não tivessem atingido os valores de 1,3 ou 1,4 euros por litro verificados nos picos de maior crise em 2022, tal não podia ser descartado. Acrescentou que, da parte dos serviços da CE, os preços estavam a ser monitorizados em tempo real e que era evidente que esses níveis comprometiam a rentabilidade de uma grande parte da frota, em particular das frotas que utilizavam artes de pesca intensivas em consumo de combustível. Informou ainda que, no próximo relatório produzido para 2026, seria acrescentada uma estimativa real da situação da frota nesse ano, mas advertiu que essa análise não seria tornada pública antes de julho, quando o plenário do Comité Científico, Técnico e Económico das Pescas publicasse esses elementos. Terminou agradecendo a atenção.

O Sr. Jorge Gonçalves agradeceu ao Sr. Angel Calvo e transmitiu-lhe que o CCRUP se encontrava disponível para colaborar naquilo que fosse necessário, no sentido de adicionar mais informação, fosse ela qual fosse, para tornar todo o setor mais intuitivo, mais resiliente e para que, em função da informação disponibilizada, fosse possível tomar melhores decisões, que era, em seu entender, a razão de ser da própria informação. Perguntou depois se haveria mais alguma pergunta e, verificando que o Sr. João Delgado pretendia intervir novamente, concedeu-lhe a palavra.

O Sr. João Delgado referiu que queria apenas deixar uma observação muito breve sobre uma relação que se estabelecia em algumas partes do estudo e da apresentação, nomeadamente a relação entre o consumo energético das embarcações e o rendimento disponível para distribuição entre a empresa e a tripulação. Considerou que isso tinha muito que ver com a capacidade de atrair ou não novos trabalhadores para o setor, atendendo à escassez de mão de obra existente e à renovação geracional que importava assegurar. Acrescentou ainda a necessidade de relacionar tudo isso com a segurança no trabalho a bordo das embarcações de pesca, lembrando que o setor continuava a ser um dos que apresentava maior sinistralidade no mundo do trabalho. Observou que também se poderia contribuir para melhorar essa realidade, agilizando, ou não, a renovação de frotas mais periclitantes e mais antigas. Deu como exemplo paradigmático, nas RUP, a frota do espada-preto na Madeira, que descreveu como altamente envelhecida, com elevados consumos energéticos e condições de habitabilidade muito deficientes, considerando que, nessas condições concretas, dificilmente se conseguia atrair mão de obra para o setor e promover a renovação geracional necessária. Disse, por isso, que deixava também esse alerta, no sentido de se poder agilizar os apoios à renovação de segmentos de frota muito envelhecidos, por todas as razões que tinha exposto.

Em resposta, o Sr. Angel Calvo observou que o relatório cobria efetivamente a dimensão social, a qual considerava essencial. Referiu que o comentário feito em relação à idade da frota pesqueira era também contemplado nesse relatório e que a idade média rondava os 35 anos por embarcação. Considerou que essa realidade estava claramente ligada à perda de eficiência da frota, não apenas em termos de custos energéticos, mas também no que se relacionava com as condições de habitabilidade e bem-estar dos pescadores. Reconheceu que esse não era o tema mais central do relatório, nem aquele que era mais aprofundado, mas sublinhou que estava coberto e que também se seguia a evolução da idade média da frota por diferentes regiões e zonas, bem como o número de empregos gerados, os salários pagos aos pescadores e outras questões sociais ligadas às comunidades costeiras e à atividade pesqueira. Reiterou, por fim, que a sua equipa ficaria encantada em receber *feedback* deste conselho consultivo sobre áreas ou pontos que, no futuro, devessem ser mais analisados no relatório. Agradeceu.

O Sr. Régis Santos (*Universidade dos Açores*) disse que queria fazer um comentário, porque nas intervenções anteriores tinham sido feitas referências a cientistas que não estariam a participar ativamente no processo de análise dos dados socioeconómicos. Disse que se sentia um pouco na obrigação de dizer alguma coisa sobre esse assunto, por ser um cientista que vinha trabalhando nessa área das pescas, especificamente na sub-região dos Açores. Recordou que integrava inclusivamente alguns grupos de trabalho do ICES, nomeadamente grupos de trabalho de avaliação de unidades populacionais, e referiu que, relativamente à componente socioeconómica, eles próprios tinham vindo

a identificar a necessidade de analisar e dar atenção a esse tipo de informação, razão pela qual vinham fazendo algum esforço nesse sentido. Acrescentou que, enquanto professor da Universidade dos Açores, tinha dois estudantes de doutoramento a desenvolver teses relacionadas com essa temática e que, inclusivamente no ano anterior, em conjunto com alguns partes interessadas, tinham chegado a propor um projeto para financiamento que envolvia todo o setor, incluindo a Associação dos Comerciantes, a própria Federação e a APEDA, que faziam parte do consórcio. Lamentou que esse projeto não tivesse sido considerado prioritário para a região, o que considerava uma pena, mas observou que tinham conseguido, no âmbito dos estudantes e das teses de doutoramento, continuar a fazer esforços para desenvolver essas linhas de investigação. Referiu, contudo, que lamentava o facto de terem tido muita dificuldade em aceder a esses dados. Explicou que os dados que tinham sido reportados através dos relatórios do STCF estavam acessíveis e que já se encontravam em processo de análise de parte dessa informação, mas que não tinham tido sucesso em obter informação desagregada que lhes permitisse desenvolver outro tipo de análises. Indicou que esse processo de pedido de informação já decorria havia alguns meses, para não dizer pelo menos um ano, e que também tinham tido dificuldades, inclusive ao nível de grupos de trabalho do ICES de que faziam parte, nomeadamente o *Working Group Social*, em apresentar essa informação para discussão nesse contexto. Acrescentou que, relativamente aos grupos do STCF mencionados, que tinham por objetivo fazer análise de dados socioeconómicos, nunca tinha recebido qualquer convite para os integrar. Disse que era, por isso, um pouco surpreendente tomar conhecimento de que não tinha havido cientistas portugueses envolvidos nesses grupos, quando existia, pelo menos ao nível dos Açores, uma equipa que vinha tentando desenvolver essa temática. Reafirmou que nunca tinham recebido qualquer convite oficial para integrar esses grupos de trabalho, representar a região e reportar a pouca, mas existente, informação disponível para discussão.

O Sr. Jorge Gonçalves agradeceu ao Sr. Régis Santos e observou que talvez tivesse existido alguma confusão. Referiu que, tanto quanto lhe parecia ter percebido, aquilo que tinha sido reportado anteriormente não dizia respeito à participação da região nos grupos de trabalho do ICES, mas sim à falta de técnicos portugueses na questão das VME e naquilo que se relacionava com Portugal continental, e não diretamente com a região e com a participação dos Açores, a qual considerava muito importante e que, como o próprio Sr. Régis Santos dissera, vinha sendo acompanhada. Indicou que, eventualmente, a comunicação anterior não tinha sido suficientemente clara, mas quis deixar essa pequena informação em relação à matéria.

Ponto de Situação:

O Sr. Angel Calvo apresentou o Relatório Económico Anual da Frota de Pesca da UE, com dados finais de 2023 e projeções para 2024-2025. O relatório abrange cerca de 500 segmentos, 43 variáveis e aproximadamente 95% da frota europeia, incluindo indicadores económicos, sociais e operacionais. A frota da UE integra cerca de 70.000 embarcações, gera desembarques no valor de 6 mil milhões de euros e assegura 155.000 empregos diretos. Foi assinalada a recuperação económica posterior a 2022, associada ao aumento da eficiência, da produtividade e do valor acrescentado. O combustível representa cerca de 25% dos custos totais, mantendo-se a respetiva volatilidade como fator crítico para a rentabilidade das frotas. Nas RUP, os desembarques atingem 31.000 a 32.000 toneladas, avaliadas em 150 milhões de euros, gerando cerca de 6.500 empregos diretos. A eficiência energética das RUP, de 1,6 kg por litro, é inferior à média europeia de 2,2 kg, evidenciando margem para transição energética.

Foi proposta a integração de dados do POSEI, a tradução do relatório e a participação do CCRUP na reunião técnica prevista para junho.

Os participantes destacaram a necessidade de considerar emprego indireto, renovação geracional, segurança laboral e envelhecimento médio da frota.

Foi ainda assinalada a dificuldade de acesso a dados socioeconómicos desagregados, reiterando-se a disponibilidade para reforçar a cooperação científica.

7. A Pesca Sustentável na UE: ponto de situação e orientações para 2027

O Sr. Rui Catarino agradeceu o convite para participar mais uma vez na reunião do CCRUP e para apresentar o trabalho que vinha sendo feito pelo ICES na compilação e tratamento dos dados e na produção dos pareceres relativos às oportunidades de pesca. Começou por referir que era importante diferenciar os vários tipos de categorias existentes na avaliação. Explicou que o ICES utilizava uma grelha de categorias que vai até à categoria 6, a qual corresponde às unidades populacionais para os quais existem muito poucos dados, não se tratando de espécies alvo de pescarias dirigidas, mas antes de capturas acessórias. Comentou que tinha pedido à inteligência artificial para lhe traduzir uma grelha muito mais complexa em termos de categorias e que o resultado produzido, apesar de alguns erros ortográficos, lhe parecera bastante elucidativo. Sublinhou que a importância dos dados não residia apenas na sua recolha, mas também no seu uso. Referiu que, nos Açores, existiam unidades populacionais para os quais se recolhiam muitos dados de comprimento, muitos otólitos e muita

informação, mas advertiu que, se esses dados não fossem trabalhados, o quadro e o método de avaliação, sendo extremamente rígidos, não permitiriam adaptações. Mostrou depois um mapa de toda a região coberta pelo ICES, explicando que toda a área mostrada correspondia à área 27, com exceção do Mediterrâneo, e que o ICES produzia pareceres de oportunidades de pesca para cerca de 270 unidades populacionais, número esse que variava de ano para ano. Observou que, de todas as RUP, apenas os Açores se encontravam cobertos por essa área da FAO, correspondente à zona 27. Referiu ainda que, quando se consultava a base de dados do ICES relativa às unidades populacionais dos Açores, se encontrava uma lista de onze unidades avaliadas. Explicou que, em muitos casos, essas unidades tinham definições muito antigas que, salvo *benchmark*, reavaliação metodológica ou sessão de trabalho específica para rever a distribuição da unidade populacional, tendiam a manter-se estáveis durante muitos anos. Indicou alguns exemplos constantes da lista, como a abrótea-do-alto (*Phycis blennoides*), a lixa (*Centrophorus squamosus*), o goraz (*Pagellus bogaraveo*), a gata-lixa (*Dalatias licha*), o porbeagle (*Lamna nasus*), o tubarão-raposo (*Alopias spp.*) e o paloco (*Pollachius virens*), e assinalou que, numa segunda coluna, constavam os pareceres, a validade temporal e o valor do parecer. Observou que existiam ali quatro unidades populacionais com parecer zero, todos eles tubarões, e admitiu que não tinha tido tempo para verificar a percentagem de capturas na área dos Açores para essas unidades. Esclareceu, porém, que se queria focar sobretudo nas cinco unidades principais: goraz, alfonsins (*Beryx spp.*), peixe-espada-preto (*Aphanopus carbo*), chicharro (*Trachurus picturatus*) e raias (*Rajidae sp.*), sublinhando que iria apenas destacar alguns pontos considerados importantes, sem grande detalhe, recomendando sempre a consulta do parecer em si. Relativamente aos alfonsins, explicou que o imperador (*Beryx decadactylus*) e o alfonsim constituíam uma unidade de categoria 5, considerado pobre em termos de dados. Assinalou que, embora existissem muitos dados, se tratava de uma unidade difícil, em virtude da grande mobilidade da espécie e da amplitude da sua distribuição geográfica. Referiu que, na avaliação, eram utilizados simplesmente os desembarques, e indicou que o valor do parecer para 2025 e 2026 era de 179 toneladas, sendo 58% das capturas efetuadas na área dos Açores. Observou que o gráfico mostrava os desembarques históricos desde finais da década de 1980. Explicou que, sendo uma unidade pobre em dados o método para calcular o parecer consistia em utilizar os valores das capturas anteriores, com uma reavaliação de três em três anos. Referiu que, se não existisse informação nova que sustentasse que a unidade se encontrava em bom estado, fosse por redução do esforço ou por outro tipo de informação, então a cada três anos o parecer sofria um corte de 20%, como medida de precaução para garantir a sustentabilidade da unidade. Indicou que todos os pareceres do ICES possuem uma secção relativa à qualidade da avaliação e outra relativa à informação relevante para o parecer. No caso do alfonsim, referiu que a qualidade da avaliação era

afetada pela incerteza quanto à estrutura da unidade, pela ausência de dados sobre a composição fora da zona dos Açores — o que fazia com que os 58% capturados nos Açores não fossem considerados representativos de toda a área avaliada — e ainda pelo facto de os índices de abundância, neste caso a campanha efetuada nos Açores, terem sido incompletos ou inexistentes em alguns anos. Acrescentou que, para o imperador, o índice não era considerado fiável, devido ao comportamento da espécie e ao número reduzido de indivíduos capturados anualmente. Referiu também que o *Arcdado* tinha sido desenhado prioritariamente para o goraz e que, apesar de o índice ser usado para outras espécies demersais, isso exigia cautela acrescida. Quanto à subdivisão 10.2, correspondente aos Açores, explicou que a gestão era efetuada pelos Estados costeiros e que existia uma nota aplicável a todas as unidades populacionais da área em que a NEAFC exigia medidas para novas pescarias. Passando ao goraz, o Sr. Rui Catarino explicou que essa unidade tinha sido objeto de *benchmark* em 2024, com revisão do método de avaliação, sendo atualmente classificado na categoria 2, isto é, um método analítico com projeções qualitativas. Indicou que os dados utilizados incluíam os desembarques e um índice de CPUE das capturas pela frota, sendo as devoluções consideradas residuais. Referiu que o valor do parecer era de 395 toneladas para 2026 e de 394 toneladas para 2027. Explicou que os gráficos principais mostravam, em cima, os desembarques, os quais evidenciavam um decréscimo desde finais dos anos 90 até ao presente, embora com alguma estabilidade nos últimos dez anos ou mais. Referiu ainda que a pressão relativa de pesca vinha diminuindo, o que era acompanhado, do lado da biomassa relativa, por uma melhoria, situando-se esta ligeiramente acima do ponto de referência MSY Btrigger. Observou que a tabela apresentada correspondia às opções de parecer, sendo a base um MSY com uso de um percentil 15. Explicou que isso constituía uma medida de risco e que, devido ao ciclo de vida longo e à maturação tardia da espécie, era utilizado um nível de risco menor para garantir a sustentabilidade da unidade populacional. Acrescentou que cada linha da tabela se referia a um ano diferente, mostrando as capturas aconselhadas, o equivalente em esforço de pesca e a biomassa final depois de retiradas essas capturas. Quanto à qualidade da avaliação, indicou que o método usado era o SPICT, um modelo de produção de biomassa, adequado à baixa produtividade da unidade. Acrescentou que a área de gestão cobria a área 10, embora a maior parte das capturas — 58% — ocorresse nas águas dos Açores. Na secção da informação relevante, mencionou novamente a referência à NEAFC e destacou sobretudo a indicação de que as devoluções à água rondavam os 6% e apresentavam elevada sobrevivência, pelo que o seu impacto era tido em conta na avaliação. No que respeitava ao chicharro, referiu que também se tratava de uma unidade de categoria 5, mais uma vez considerado pobre em dados. Explicou que, para a avaliação, eram consideradas as capturas provenientes da pesca recreativa, do isco vivo, da pesca de cerco e de toda a informação disponível.

Observou que o gráfico mostrava as capturas discriminadas por componente, com a linha de mão e o palangre assinalados a amarelo e a maior componente, a azul, correspondente ao cerco para consumo humano. Indicou que, para 2026, o parecer aconselhado era de 702 toneladas. Esclareceu que se utilizava aqui basicamente a mesma fórmula aplicada ao imperador, em virtude da categoria da unidade populacional, usando o valor do parecer anterior e, sempre que necessário, o chamado *buffer* precaucionário, ou intervalo de segurança. Referiu que, na ausência de informação que sustentasse a condição da unidade, esse *buffer* de 20% podia ser aplicado de três em três anos, implicando uma redução. Sublinhou, por isso, a importância de que qualquer informação, campanhas e dados fossem submetidos ao grupo de trabalho, para que pudessem ser avaliados e tidos em conta quando fosse necessário decidir se se aplicava ou não esse *buffer*. Comentou ainda que estas categorias eram um pouco ingratas, porque funcionavam num sentido único: descendo, mas não subindo, a menos que a unidade saísse daquela categoria através de uma *benchmark* ou reavaliação do método. Explicou que, para o chicharro, existiam dois gráficos auxiliares, um relativo ao número de dias de pesca do cerco da frota de São Miguel e da Terceira, e outro relativo ao número de embarcações, ambos mostrando uma tendência descendente desde o início da década de 2010. Indicou que essa informação ajudava, por exemplo, a sustentar a não aplicação de um *buffer*, por evidenciar que já existia uma regulação da frota. Quanto à qualidade da avaliação, referiu que não existiam índices disponíveis para avaliar a unidade populacional, que as capturas recreativas eram incompletas por excluírem os pescadores de costa, e que faltavam dados de 2022 e 2023 para as redes de cerco e para o isco de palangre e isco vivo. Salientou que as capturas eram dominadas por juvenis, que a pesca recreativa representava cerca de 10% do total — excluindo pescadores de costa — e que a pesca com redes de cerco representava cerca de 85% das capturas. Sublinhou ainda que o esforço de pesca estava em declínio, com menos embarcações e menos dias de pesca desde 2010, sendo atualmente inferiores a 4.000 dias por ano, embora tenha reconhecido que tinham existido problemas de dados recentes, entretanto melhorados. Sobre as raias, o Dr. Rui Catarino explicou que se tratava de uma unidade de categoria 3, portanto com maior disponibilidade de informação, embora a base do parecer para a família das raias fosse a raia clavata, isto é, a raia lenga nos Açores. Indicou que o parecer era de 103 toneladas tanto para 2026 como para 2027. Referiu que os gráficos mostravam, em cima, os desembarques e, abaixo, um índice de comprimento usado como proxy, onde a linha cor-de-laranja aparecia acima da azul, o que, segundo explicou, significava que não se estava a sobrepescar a unidade populacional. Acrescentou que isso era confirmado pelo indicador de unidade populacional, visível à direita, mostrando que este se encontrava bastante acima do ponto de referência, representado pela linha azul. Indicou que, neste caso, as raias eram capturadas a 100% nos Açores e que a avaliação era feita especificamente para essa

área. Referiu que o método utilizado era considerado capaz de produzir um resultado comparável ao *MSY*, sendo mais complexo e incorporando não apenas as capturas, mas também os índices apresentados e características do ciclo de vida das raia. Explicou que esses métodos tinham sido simulados e considerados aqueles com melhor performance para determinar as melhores capturas compatíveis com a sustentabilidade da unidade. Quanto à qualidade da avaliação, recordou que esta era baseada na raia-lenga, que a composição das diferentes espécies de raia era desconhecida ou pouco conhecida, que os dados de comprimento só estavam disponíveis para a raia lenga e que a série temporal da unidade populacional era intermitente, não tendo sido possível calculá-la todos os anos. Relativamente à informação relevante, destacou que o estado das restantes raia era incerto, que as devoluções não eram quantificadas, que a sobrevivência após devolução não estava estimada e que, por essa razão, o ICES não conseguia estimar a mortalidade total. Indicou ainda que, desde 2020, existia uma quota de 100 toneladas, reduzida para 80 toneladas em 2024, permanecendo ainda abaixo do valor aconselhado. Finalmente, quanto ao peixe-espada-preto, começou por esclarecer que a unidade tinha sido reavaliada através de uma *benchmark* no ano anterior e que, nesse caso, uma *benchmark* não tinha conduzido a uma melhoria da qualidade da avaliação, mas sim ao seu retrocesso, passando a unidade populacional de categoria 2 para categoria 3. Explicou que isso se ficava a dever, em especial, à proibição do arrasto de fundo abaixo dos 800 metros na parte norte da Europa, nomeadamente a oeste e a norte da Escócia, o que fez com que a frota francesa que pescava esta espécie praticamente cessasse a sua atividade de um dia para o outro, reduzindo as capturas de cerca de 3.000 toneladas antes de 2017 para 175 toneladas em 2023. Referiu que esse era um índice importante para o modelo utilizado até então e que, sem ele, não foi possível manter o mesmo modelo, tendo sido necessário recuar para uma categoria 3. Descreveu o peixe-espada-preto como uma espécie migradora, que começava por desovar junto à Madeira, na costa africana e Canárias, cujas larvas e juvenis se deslocavam para norte, sendo capturados ainda juvenis na Islândia por arrasto, depois em Portugal, acompanhando o crescimento em comprimento, e mais tarde, em exemplares maiores, numa área já fora da zona ICES, correspondente à zona CECAF para Canárias e Madeira. Referiu que existiam bastantes fontes de dados e que a *benchmark* tinha sido, do ponto de vista científico, extremamente interessante, revelando muitas informações que o próprio desconhecia sobre a espécie. Observou que praticamente em qualquer ponto do Atlântico onde se procurasse fundo suficiente acabavam por aparecer exemplares desta espécie. Explicou que, para a aplicação da nova regra de *assessment*, o índice de biomassa era obtido para a componente sul, isto é, apenas para a zona de Portugal continental e Espanha, na divisão 9A e 8, sendo utilizado como *proxy* da abundância da unidade. Considerou que, como a atividade pesqueira na componente norte era atualmente residual e não lhe parecia que viessem

a ocorrer grandes desenvolvimentos nos próximos anos, fazia sentido que se utilizasse apenas a componente de Portugal continental e de Espanha. Acrescentou que a campanha, que continuava a realizar-se, não mostrava sinais de preocupação relativamente à população nos últimos anos. No que respeita às recomendações que saíram da *benchmark*, destacou a continuação da recolha de dados científicos para aumentar o conhecimento, porquanto ainda existiam muitas dinâmicas e muitas áreas desconhecidas do ciclo de vida da unidade. Considerou que a recomendação mais importante tinha sido a organização de uma sessão de trabalho conjunta entre o ICES e a CEEAF, com o intuito de facilitar a partilha de dados da área CEEAF para o ICES. Explicou que, naquele momento, os únicos dados provenientes da CEEAF que estavam a ser utilizados eram os desembarques oficiais, porque não tinha existido partilha de dados biológicos, designadamente comprimentos e outra informação biológica solicitada pelo ICES através de um *data call*. Sublinhou que, sendo essa uma parte tão importante das capturas e uma das pescarias mais importantes, senão a mais importante, da unidade populacional inteira, era essencial que a recolha e a partilha dessa informação fossem efetivamente feitas. Passando à avaliação propriamente dita, reiterou que se tratava de uma unidade de categoria 3 e que os dados utilizados eram os já mencionados. Mostrou os gráficos com as capturas do componente sul e do componente norte, observando que o componente norte, a azul, correspondente à pescaria francesa de arrasto, praticamente desaparecera, ficando a unidade dominada pelas capturas de Portugal e Espanha. Indicou que o índice de biomassa, calculado com base no CPUE do componente de Portugal continental, mostrava que a unidade se encontrava naquele momento ao nível do ponto de referência. Referiu que o valor do parecer era de 1.889 toneladas e que, tal como no caso do goraz, se utilizava um método que conjugava capturas, índices e alguns elementos do ciclo de vida, crescimento e biomassa da unidade para chegar ao valor final. No que respeitava à qualidade da avaliação, reiterou que a unidade tinha uma estrutura demográfica com diferentes componentes, mas era avaliado apenas com base numa delas, sendo necessários os dados biológicos da pesca da área CEEAF para se avaliar completamente a distribuição. Quanto à informação relevante, observou que já tinha abordado praticamente todos os pontos, salientando apenas que o método de avaliação atual não permitia separar as componentes, nem era um método analítico que incluísse um componente de migração entre elas, o que permitiria seguir e usar melhor a informação para que o modelo pudesse prever com maior fidelidade os movimentos e o peso relativo de cada uma daquelas áreas. Terminou referindo que sabia que existiam estudos e mais trabalho a ser feito e que, provavelmente, esta unidade populacional viria a ser reavaliada num futuro próximo, com o objetivo de melhorar a qualidade do parecer, por existirem muitos dados e fazer bastante sentido que uma unidade populacional com esta importância viesse a

beneficiar de uma avaliação mais pormenorizada. Concluiu agradecendo e manifestando disponibilidade para responder a questões.

Começando pela pesca de *Beryx sp.*, o Sr. Jorge Gonçalves disse que o Sr. Rui Catarino tinha indicado que os Açores capturavam 58% do total e, nesse sentido, questionou quem capturava os restantes 42% e quais eram os outros países envolvidos, para além daquilo que se sabia relativamente à União Europeia e à Inglaterra, agora já fora do sistema comunitário na sequência do Brexit. Relativamente ao chicharro, observou que existia de facto um decréscimo significativo nas capturas, tal como tinha sido demonstrado, mas assinalou também que essa diminuição tinha muito a ver com a dinâmica das medidas de precaução que vinham sendo implementadas nos Açores, nomeadamente através da imposição de um teto máximo de captura por dia, com o objetivo de diminuir a oferta em função da procura. Referiu que tinha havido de facto um decréscimo significativo das capturas em consequência disso, pelo que não se podia concluir automaticamente que essa redução resultava exclusivamente do estado da unidade, ainda que fosse verdade que essa realidade acabava por se refletir nos gráficos apresentados. No que respeitava ao peixe-espada-preto, o considerou que a situação era mais complexa e que essa questão se ligava, por arrastamento de comentário, também à dos *Beryx sp.* Reconheceu que o arrasto tinha sido proibido e que a França tinha anteriormente uma captura muito significativa, na ordem das 3.000 toneladas, e que, em consequência dessa proibição, as capturas tinham baixado drasticamente, como tinha sido demonstrado. Contudo, questionou se isso deveria ser utilizado como fundamento para a alteração da categoria da avaliação, nomeadamente da passagem de categoria 2 para categoria 3. Na sua perspetiva, se existia uma proibição da pescaria na sequência das medidas relativas ao arrasto, então deveria existir um aumento de biomassa e, havendo esse aumento, talvez não se justificasse a passagem para uma categoria mais desfavorável, admitindo, no entanto, que poderia estar a interpretar mal a lógica da avaliação. Acrescentou que o modelo de avaliação lhe parecia, por isso, eventualmente não ser o mais adequado e referiu que o Sr. Rui Catarino tinha indicado que, com informação proveniente de outros organismos, poderia de facto justificar-se uma nova avaliação. Considerou que esta situação se aplicava praticamente de forma idêntica aos *Beryx sp.*, porque, sem sair daquele enquadramento, se iria afundando cada vez mais nas avaliações. Afirmou que estava na altura, não necessariamente de sugerir ao ICES, mas a todos os intervenientes que tivessem voz nessa matéria, que se encontrassem outros mecanismos de avaliação, porque, caso contrário, no exemplo dos *Beryx sp.*, se tivesse feito as contas para 2030, a pescaria tornar-se-ia incerta, já que, de três em três anos, por medida de precaução, existiria uma redução de 20%. Considerou tratar-se de uma situação delicada e entendeu que era necessário encontrar outras soluções para este tipo de avaliação.

Em resposta, o Sr. Rui Catarino começou precisamente pelos *Beryx sp* e recordou que tinha mencionado mais do que uma vez, também a propósito do chicharro, que a aplicação desse *buffer* não era obrigatória, tratando-se antes de uma medida de precaução a aplicar apenas quando não existiam evidências ou outro tipo de informação que sustentasse que a unidade populacional estava em boa condição. Explicou que, no caso do chicharro, tinha sido possível mostrar que o esforço de pesca tinha diminuído e que o número de embarcações a pescar também se tinha reduzido. Considerou que, no caso dos *beryx*, o importante seria que pudesse existir — e tinha conhecimento de que estavam a ser feitas análises de comprimentos — informação que servisse de suporte à não aplicação dessa redução. Sublinhou, por isso, que o ónus recaía sobre os avaliadores, sobre quem estava a fazer a avaliação, e, neste caso, sobre o Estado-Membro ou a região, no sentido de recolher dados que sustentassem realmente a qualidade da informação, de modo a permitir dizer, com confiança, que a unidade populacional estava em bom estado e que, pelo menos, se poderia manter aquele nível de captura nos três anos seguintes. Acrescentou que isso acontecia frequentemente e que essa era uma forma de, pelo menos, manter o nível de parecer. Quanto ao peixe-espada-preto, o Sr. Rui Catarino esclareceu que, efetivamente, a biomassa disponível poderia ser maior em resultado do fim de uma pescaria muito significativa, mas sublinhou que também se tinha perdido uma janela de observação sobre a unidade populacional. Explicou que, de um momento para o outro, se deixava de ter uma fonte importantíssima de informação e que, sem essa fonte, não era possível continuar a usar um modelo que fazia a ligação entre aquele índice e outro índice do componente sul para calcular a melhor estimativa do estado da unidade. Não existindo essa janela e essa informação, a única forma prevista pelo enquadramento era baixar de categoria, precisamente para se ser verdadeiramente precaucionário. Admitiu que se poderia estar a ser excessivamente precaucionário, mas frisou que isso não se sabia. Que, se uma pescaria fosse encerrada de um dia para o outro e deixasse de haver amostragem, dados científicos ou qualquer outro elemento de acompanhamento, poder-se-ia pensar que estava tudo bem, mas isso não poderia ser afirmado com certeza. Reforçou que não se podia decidir quanto se poderia pescar sem existir dados que sustentassem essa decisão e que essa era a base do trabalho do ICES: toda a informação e todos os pareceres eram produzidos com base em dados, simulações e evidência. Acrescentou que não se podia simplesmente assumir um aumento das capturas sem essa sustentação, mesmo reconhecendo que, aparentemente, existiria quase 50% adicional disponível anualmente.

O Sr. João Delgado referiu que, do seu ponto de vista, a análise apresentada pelo Sr. Rui Catarino levava logicamente a recomendar que não se acabasse totalmente com certas pescarias, precisamente para que não se perdesse a fonte de informação. Recordou a recomendação do ICES relativamente à sardinha (*Sardina pilchardus*), com parecer de pesca zero, e afirmou que, se não tivesse existido uma

grande insistência e capacidade de resistência por parte do setor, o segmento de pesca mais equilibrado do país, na parte continental — a pesca do cerco dirigida à sardinha — teria provavelmente sofrido uma redução muito mais drástica do que aquela que acabou por ocorrer, com impactos sérios.

Em resposta, o Sr. Rui Catarino assinalou que, para esse efeito, eram necessários dados, variando a situação de caso para caso. Explicou que, quando existiam dados científicos e campanhas que suportavam os pareceres, a recolha de informação podia continuar, mesmo em cenários muito restritivos. Acrescentou que havia casos em que, apesar de o parecer ser de zero, se abriam exceções, geralmente com base no que o ICES já tinha identificado e estudado como “pescas de monitorização”, isto é, quotas residuais destinadas a permitir a continuação da recolha de dados em contexto real de pesca. Deu como exemplo o caso dos lagostins na unidade funcional 27, onde existiam apenas quatro toneladas, algo muito residual, mas que permitia, de três em três meses, recolher dados importantes de comprimento para manter vigilância sobre o que estava a acontecer.

Na sequência, a Sra. Alda Centeio, no sentido de confirmar se tinha percebido corretamente, perguntou se o corte de 20% ocorrido na zona 8 e na zona 9 relativamente ao peixe-espada-preto resultava do facto de o ICES ter deixado de dispor de dados sobre o que se passava no Norte devido ao desaparecimento do arrasto francês.

O Sr. Rui Catarino confirmou que tinha sido isso, mas esclareceu que existiam dois fatores. Por um lado, houve uma redução de categoria, porque se perdeu aquela fonte importante de informação. Por outro lado, qualquer unidade populacional que fosse avaliada pela primeira vez com aquele método sofria, independentemente do seu estado, uma redução de 20% na primeira aplicação, por medida de precaução, uma vez que tal fazia parte da de avaliação.

A Sra. Alda Centeio disse que percebia perfeitamente essa lógica do ponto de vista científico, mas sublinhou que, do ponto de vista económico, o problema era que se tinha verificado um corte brutal em termos de quota para os pescadores, quando provavelmente nem existiria razão suficiente para esse corte tão significativo. Recordou que, só na zona 9, em particular na zona de Sesimbra, existia uma pescaria essencialmente centrada no peixe-espada-preto, suportada por uma frota cada vez mais reduzida e pequena, e considerou que não parecia que o impacto sobre a unidade populacional justificasse uma redução de 20%. Reiterou que compreendia que essas fossem as regras utilizadas pelo ICES naquela situação, mas insistiu em que, do ponto de vista económico, essa era uma situação complexa para os pescadores.

O Sr. Rui Catarino respondeu que a categoria em que se encontra o peixe-espada-preto e com a redução que existiu nas capturas no componente norte, é espectável que se veja uma subida na biomassa que se reflita no índice. Se isso acontecer, este é um método que permite o valor subir. Referiu

ainda que existem limites máximos, um máximo de 30% para cima para cada *assessment* e 20% no máximo para baixo.

A Sra. Alda Centeio acrescentou que, além disso, os valores ainda se encontravam dentro do mecanismo 472, onde existia um buffer precisamente para evitar aumentos ou reduções demasiado bruscas, o que tornava a situação ainda mais sensível. Concluiu dizendo que não se podia ficar apenas com a avaliação baseada nas descargas, porque, se não existisse pescaria, não existiriam descargas nem dados, pelo que teria necessariamente de haver algum esforço de avaliação científica nessas zonas para se perceber melhor o que se passava.

O Sr. Rui Catarino concordou, respondendo que era exatamente aí que entrava a importância do Estado-Membro, isto é, na recolha de dados, na realização de campanhas científicas e na obtenção dos elementos necessários. Sublinhou mais uma vez a importância da recolha de dados e das campanhas científicas, porque quanto melhor fosse o conhecimento da unidade populacional, mais rapidamente ela poderia passar para uma categoria que permitisse pareceres menos precaucionários e, idealmente, mais próximos do MSY.

O Sr. Jorge Gonçalves quis deixar um comentário que ia ao encontro daquilo que a Sra. Alda Centeio tinha referido anteriormente. Recordou o caso dos tubarões de profundidade, em particular da gata-lica, que tinha sido objeto de uma pescaria dirigida nos Açores, praticada com linhas de mão por embarcações de boca aberta. Explicou que, de repente, por uma questão de mercado, relacionada com a utilização dos fígados e com adulterações no produto, o comprador deixou de estar interessado na compra, o que conduziu ao desaparecimento da pescaria. Não havendo compradores, deixou de haver capturas e produto em lota e, segundo referiu, a conclusão a que se chegou foi a de que, não havendo vendas, a unidade populacional teria acabado, pelo que a pescaria foi encerrada. Afirmou que isso não podia acontecer, porque, segundo disse, se atualmente se fosse aos Açores, a gata-lica era praticamente uma praga, mas, não obstante, o resultado tinha sido o fecho total da pescaria. Considerou, por isso, que teria de existir aqui alguma moderação e alguma capacidade de incorporar essas realidades na avaliação, porque não se podia permitir que a ausência de mercado fosse confundida com ausência de unidade populacional.

O Sr. João Delgado interveio para dizer que tudo isso acabava por depender da capacidade de investimento que cada Estado-Membro, ou cada região, tinha em investigação científica. Observou que isso iria ser sempre um problema e lembrou o que tinham visto quando se deslocaram a *Mayotte*: a renovação da frota era possível, mas exigia dados; não havendo investigação nem levantamento de dados, não existia possibilidade de renovação. Questionou, por isso, como se poderia resolver esse problema.

Ponto de situação:

O Sr. Rui Catarino apresentou o sistema de avaliação do ICES, referindo que apenas os Açores integram a área FAO 27 entre as RUP. Sublinhou que a qualidade dos pareceres depende da recolha, tratamento e integração efetiva dos dados em avaliações e *benchmarks*. Os *Beryx spp.* permanecem na categoria 5, com parecer de 179 toneladas para 2025-2026 e 58% das capturas nos Açores. O goraz, classificado na categoria 2, apresenta redução da pressão de pesca e pareceres de 395 e 394 toneladas para 2026 e 2027. Para o chicharro, de categoria 5, foi fixado parecer de 702 toneladas em 2026, persistindo lacunas nos índices e dados de capturas. As raias, avaliadas na categoria 3, registam parecer de 103 toneladas para 2026-2027, sem indícios de sobrepesca da raia-lenga. O peixe-espada-preto passou da categoria 2 para a 3 devido à perda de dados da frota francesa, fixando-se o parecer em 1.889 toneladas. Foi considerada prioritária a partilha de dados biológicos da área CECAF, indispensável à avaliação integral do peixe-espada-preto.

Os representantes do setor alertaram para os impactos económicos das reduções precaucionárias e para o risco de confundir ausência de capturas com escassez.

Concluiu-se pela necessidade de reforçar campanhas científicas e pescas de monitorização, visando avaliações menos precaucionárias e próximas do MSY.

Os pontos da agenda foram cumpridos.